

# CENSURA CONTRA A GUERRA

A participação do Governo português numa cimeira que abriu caminho a uma guerra desnecessária, precipitada e ilegítima contra o Iraque levou o PS a apresentar uma moção de censura a ser discutida na próxima semana na Assembleia da República. O objectivo é condenar o comportamento do Governo na condução de uma política externa irresponsável, que colocou Portugal contra as Nações Unidas, na rota do terrorismo internacional e que contribuiu para fragilizar a unidade europeia.

A apresentação da moção de censura foi anunciada segunda-feira no decurso da intervenção do secretário-geral do PS no encontro de militantes em Lisboa destinado a fazer o balanço de um ano negro de Governo de direita.

► Páginas 4 a 7



## SOCIALISTAS EUROPEUS REÚNEM-SE HOJE EM BRUXELAS COM GUERRA NA AGENDA

► Página 14

## PE APROVOU RESOLUÇÃO QUE PENALIZA DESLOCALIZAÇÃO DE EMPRESAS

► Página 15

FALAR VERDADE

## UM ANO DE PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

► Páginas 8 e 9

FUNÇÃO PÚBLICA

## AUMENTOS SALARIAIS INSUFICIENTES VÃO GERAR NOVOS PROTESTOS

A União Geral de Trabalhadores e a corrente sindical socialista da CGTP-in estão contra os aumentos previstos pelo Governo de direita para os salários dos funcionários públicos. A posição foi assumida por João Prouença e Carlos Trindade em declarações ao "Acção Socialista". ► Página 16

# A SEMANA REVISTA

Ao encerrar o comício de Lisboa, no âmbito da iniciativa "Falar verdade", o secretário-geral do Partido Socialista fez um balanço negativo de um ano de Governo de direita. O apoio do Executivo português a um ataque ao Iraque à revelia das Nações Unidas foi o principal alvo de críticas por parte de Ferro Rodrigues, que anunciou a apresentação de uma moção de censura ao Governo.

No âmbito da mesma iniciativa, vários dirigentes do PS estiveram durante o fim-de-semana, em todo o País, a fazer o balanço de um ano de Governo de direita.

O Partido Socialista entregou na Assembleia da República uma moção de censura ao Governo condenando-o pelo apoio à estratégia dos EUA no conflito contra o Iraque.

Ferro Rodrigues acusou Durão Barroso de ter actuado "à revelia de qualquer entendimento" com o Presidente da República ao apoiar as pretensões dos EUA, Inglaterra e Espanha em relação a uma intervenção militar no Iraque, no debate mensal, no Parlamento, com o primeiro-ministro.

Para debater a posição de Portugal no cenário de uma guerra contra o Iraque após o ultimato de George Bush ao ditador de Bagdad, Jorge Sampaio reuniu o Conselho de Estado.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo em vista a discussão de um projecto de lei sobre a difusão da música portuguesa na radiodifusão, promoveu ontem uma audição com as entidades representativas dos diversos sectores, na Assembleia da República.

Maria Barroso participou no sábado passado numa conferência subordinada ao tema "Mil e uma faces da mulher", em Vila Real de Santo António.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## O ANTICICLONE

ANTONIO COLAÇO



EDITORIAL

# ESTA GUERRA É INJUSTA

Esta guerra dos Estados Unidos contra o Iraque é injustificada. Não foi até agora aduzida nenhuma razão que justificasse o recurso a essa solução-limite que é a guerra, a qual provoca sempre, e necessariamente, inúmeras vítimas, incluindo civis inocentes, e profundos estragos na paisagem, na economia, nas condições básicas de vida dos países que devasta. Havia e há outras formas de pressão política e militarmente a ditadura iraquiana, que os Estados Unidos deliberadamente impediram que fossem continuadas e concluídas. Esta guerra destrói o trabalho dos inspectores das Nações Unidas, esta guerra vai impedir o cabal apuramento da verdade sobre a situação e os riscos potenciais do regime iraquiano. A Administração Bush, que disse repetidamente possuir provas da existência de armas de destruição maciça nas mãos de Saddam Hussein, nunca, até agora, as apresentou. E nem a natureza ditatorial do regime, nem a violação de resoluções do Conselho de Segurança, nem a capacidade de produzir armamento nuclear, biológico ou químico, constituem, cada uma de per si, condição suficiente para fazer a guerra: basta olhar para os aliados norte-americanos que são ditaduras (por exemplo, a Arábia Saudita), violam resoluções (por exemplo, Israel) e possuem armas nucleares (por exemplo, o Paquistão), sem que (felizmente!) os Estados Unidos sonhem sequer com a possibilidade de atacá-los. O que haveria de ameaça brutal do Iraque, se acaso possuísse armas de destruição maciça e se recusasse a destruí-las, era a combinação destas e outras características: ditadura sanguinária, cadastro de utilização efectiva no passado de tais armas e meios, agressão a países soberanos, propaganda do terror, desafio continuado à segurança internacional. Se, prosseguindo o trabalho das Nações Unidas e verificada concludentemente essa ameaça, a necessidade de uma intervenção militar por parte da comunidade internacional fosse por esta confirmada, a intervenção contra o Iraque seria legítima e justificada. Ao precipitá-la sem que tal confirmação ocorra, os Estados Unidos estão, de facto, a impedir que se viesse a fazer, se indispensável, uma intervenção legítima. Estão a dar argumentos a Saddam e aos seus apoiantes.

Esta guerra é ilegítima, porque viola claramente a Carta das Nações Unidas e afronta as regras e as organizações fundamentais da ordem internacional. Os Estados Unidos e a Inglaterra sabem que a resolução 1441 não é base bastante para o ataque. Por isso procuraram submeter uma segunda resolução, que abandonaram no momento em que perceberam que não iam conseguir o apoio maioritário do Conselho de Segurança. Bush tentou chantagear as Nações Unidas, Bush coloca-se contra as Nações Unidas. Antes mesmo da provável derrota do Iraque, já há um vencido às mãos da América: o concerto das nações.

Esta guerra é errada, porque quebra o consenso mundial na luta contra o terrorismo, porque substitui a indispensável luta global contra o terror pela ocupação imperial do Iraque petrolífero e a ilegítima pretensão de redesenhar, em vez dos povos, o mapa político do Médio Oriente. Como bem sabem os norte-americanos, o Iraque é dos países menos ligados ao terrorismo fundamentalista que cometeu o bárbaro ataque do 11 de Setembro. Como os norte-americanos bem sabem, a luta contra o terrorismo passa mais pelo combate determinado às suas praças financeiras e pelas políticas de

cooperação em segurança do que pelo ataque militar.

Esta guerra é perversa porque vai alimentar o terrorismo, porque vai fazer crescer o ódio contra os Estados Unidos, a Inglaterra e, em geral, o Ocidente entre as populações do Médio Oriente, porque vai fazer crescer a base de recrutamento da barbárie do terror.

Esta guerra é inaceitável, porque se dirige também contra a unidade europeia e contra a segurança do mundo ocidental.

Esta guerra é injusta, porque vai trazer o sofrimento a milhares e milhares de pessoas, no Iraque, nos Estados Unidos, na Inglaterra e ver-se-á em que mais países, sem que nenhuma razão a justifique, neste tempos e nestes moldes. Por isso estamos contra esta guerra, por isso achamos que o papel de mordomo dos senhores da guerra a que Durão Barroso se prestou é um insulto à democracia portuguesa.



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

**Esta guerra é perversa porque vai alimentar o terrorismo, porque vai fazer crescer o ódio contra os Estados Unidos, a Inglaterra e, em geral, o Ocidente entre as populações do Médio Oriente, porque vai fazer crescer a base de recrutamento da barbárie do terror.**

**Esta guerra é inaceitável, porque se dirige também contra a unidade europeia e contra a segurança do mundo ocidental.**

**Esta guerra é injusta, porque vai trazer o sofrimento a milhares e milhares de pessoas, no Iraque, nos Estados Unidos, na Inglaterra e ver-se-á em que mais países, sem que nenhuma razão a justifique, neste tempos e nestes moldes.**

DEBATE MENSAL COM O PM

# BARROSO COLOCOU PORTUGAL NA ROTA DO TERRORISMO INTERNACIONAL

"A questão fundamental é que o primeiro-ministro não só nos colocou à margem mas também contra as Nações Unidas, o que é uma vergonha para Portugal", afirmou indignado Ferro Rodrigues no debate mensal com o primeiro-ministro antecipado para a passada terça-feira dada grave crise internacional em que mundo está mergulhado.

Para o secretário-geral do PS, "Portugal não merece ficar na agenda do terrorismo internacional por causa da fotografia do senhor primeiro-ministro" ao lado dos senhores da guerra.

O líder socialista acusou o chefe do Governo de ter colocado Portugal "ao lado de uma lógica de guerra", de ter "desprezado" as posições do Presidente da República, Jorge Sampaio, contra uma acção militar unilateral

dos EUA e de ter contribuído para dividir a União Europeia.

Numa contundente intervenção, Ferro Rodrigues questionou Durão Barroso sobre três pontos para os quais não obteve resposta: "Com que direito vem agora com falinhas mansas abrir as portas da Região Autónoma dos Açores a um Conselho de Guerra do qual saiu um ultimato ao Conselho de Segurança das Nações Unidas? Com que direito disse que ia ser uma cimeira para dar um espaço à diplomacia e à paz; foi enganado ou enganou os portugueses 48 horas antes da reunião das Lajes? Com que direito colocou Portugal e a nossa bandeira na linha da frente do belicismo?", perguntou.

Acusando a intervenção inicial de Durão Barroso de "exercício lamentável de retórica e demagogia" afirmou que a cimeira das Lajes

"não ficará na história devido às declarações" do primeiro-ministro que "parece não ter consciência que a indignação e a censura são muito fortes devido à associação ilegítima em que colocou Portugal ao lado do senhor Bush, numa lógica de guerra".

Relativamente às frequentes comparações que a direita estabelece com a situação verificada no Kosovo, Ferro Rodrigues esclareceu que "nesse caso o debate não se arrastou seis meses nas Nações Unidas, havendo antes união no seio da NATO e da ONU, e tratava-se de evitar um genocídio".

Por outro lado, Ferro Rodrigues acusou Durão Barroso de em apenas alguns meses ter contribuído para "estilhaçar a unidade na União Europeia". "Quero saber como vai ser a política de coesão económica e social depois desta contribuição de Durão Barroso"

perguntou Ferro Rodrigues para imputar ainda ao primeiro-ministro a responsabilidade de ter arrasado "o consenso sobre política externa e europeia que sempre foi apanágio do PS e do PSD ao assinar a carta dos oito - que é vista como um instrumento de guerra -, ao ter feito as declarações que proferiu no Luxemburgo e ao desprezar a opinião do Chefe de Estado que é comandante supremo das Forças Armadas que disse que esta acção seria ilegítima".

Por seu turno, Manuel Alegre afirmou que o primeiro-ministro "não tem legitimidade para conduzir a política externa contra valores essenciais da história democrática e da nossa Constituição". Para este deputado, "a segurança de Portugal está na defesa de valores e princípios e não na colocação ao lado do mais forte".

# PS CENSURA GOVERNO POR APOIAR GUERRA À MARGEM DAS NAÇÕES UNIDAS

O PS apresenta amanhã uma moção de censura ao Governo - que será discutida na quarta-feira da próxima semana na Assembleia da República - pelo seu envolvimento numa guerra que é atentatória da ordem e do direito internacional e constitui um golpe de consequências profundamente negativas na construção europeia, que neste momento atravessa uma fase decisiva para o seu futuro.

O secretário-geral do Partido Socialista, Ferro Rodrigues, manteve desde a primeira hora a posição de que nunca aceitaria uma acção unilateral contra o Iraque, à margem do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o motivo principal para a apresentação desta moção de censura. Ainda para mais, quando foi o próprio primeiro-ministro Durão Barroso a afirmar no Luxemburgo que estaria do lado dos Estados Unidos numa guerra contra o Iraque, mesmo sem o aval das Nações Unidas, acção que viola flagrantemente o direito internacional assente na Carta das Nações Unidas.

O nosso país fica assim ligado a acções ilegítimas que põem directa e frontalmente em causa a ordem internacional vigente, e vão contra o sentimento generalizado da comunidade internacional.

A moção, por isso, condena o apoio explícito do Governo de Durão Barroso ao desencadear de uma acção militar no Iraque à margem das Nações Unidas, que assim, interrompe o trabalho dos inspectores que, conforme Hans Blix deixou perceber, gostaria de ter mais tempo para prosseguir o seu trabalho. Até porque as pressões que têm sido feitas têm dado resultados positivos.

“As acções de inspecção e diplomáticas que



decorriam estavam longe de ter esgotado as possibilidades dum desarmamento pacífico, meio idóneo para a resolução do conflito, apenas se devendo recorrer ao uso da força verificada a notória incapacidade desses meios”, afirma a moção.

Fica claro na moção de censura que a brutal ditadura que é o regime iraquiano deve ser desarmada e que não deve ser tolerado

qualquer acto de agressão contra países vizinhos, como a que ocorreu contra o Kuwait. No entanto, uma coisa é essa posição de princípio, outra totalmente diferente é precipitar o mundo para uma acção de força que poderá ter consequências devastadoras e sacrificar muitas vítimas inocentes.

A União Europeia é também uma parte fulcral da moção de censura. Com efeito, as divisões

de toda a ordem que provocou este posicionamento a favor e contra as posições norte-americanas, poderão ter um impacto extremamente negativo no processo de construção europeia, que deve continuar a constituir uma prioridade da política externa portuguesa.

“O processo que conduziu a tal acção já teve e continuará a ter efeitos profundamente negativos para a construção europeia, ideia matriz da nossa política desde há décadas, e valor constitucional da República, indo esta decisão contra o consenso europeu, tal como foi expresso no Conselho Europeu extraordinário de Bruxelas, de 27 de Janeiro de 2003”, afirma-se no texto da moção.

No entanto, sublinha-se também que a posição do Partido Socialista não deve ser confundida com antiamericanismo. Pelo contrário, importa promover as boas relações entre Portugal e os Estados Unidos, bem como entre este país e a União Europeia. Só com uma relação transatlântica sã e equilibrada poderá haver uma sólida estabilidade e segurança internacionais.

A moção de censura termina afirmando que, “as sucessivas acções e declarações do XV Governo Constitucional de apoio explícito ao desencadear de uma acção ilegítima e ilegal, à margem do Conselho de Segurança - única instância com legitimidade para permitir o uso da força - excepto em situação de legítima defesa ou em casos de extrema urgência e ingerência humanitária eticamente justificados - constituem actos de extrema gravidade para Portugal, que quebram o consenso nacional de mais de duas décadas na política externa”.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMARCOU-SE DO GOVERNO

Reagindo à mensagem ao País do Presidente da República, Paulo Pedroso considerou que Jorge Sampaio reafirmou a “ilegitimidade” da intervenção militar norte-americana no Iraque e se demarcou das opções de política externa do Governo.

O porta-voz socialista sustentou que Sampaio “deixou bem claro que seguiria outro caminho na resolução da crise do Iraque”.

Segundo Paulo Pedroso, o Presidente da República “referiu que não se esgotaram todas as vias pacíficas para o desarmamento do Iraque” e “discordou das opções seguidas nesta matéria pelo Governo”, que podem trazer “consequências negativas para o País, para a unidade europeia e no plano internacional”.



Na sua mensagem ao País, o Presidente Sampaio, defendeu a necessidade dos órgãos de soberania “preservarem a unidade nacional”, condição que considerou “indispensável para proteger os interesses e a segurança do País”.

O Presidente da República afirmou que as tropas portuguesas não participarão no conflito militar no Iraque, porque não há um mandato expresso das Nações Unidas nesse sentido.

O Chefe de Estado afirmou que Portugal prestará, no entanto, aos aliados “facilidades de trânsito, à semelhança de outros países europeus, alguns dos quais têm expressado fortes reservas a uma acção militar contra o Iraque”.

## PS APELA À MANIFESTAÇÃO CONTRA A GUERRA

O PS vai participar na próxima manifestação contra a guerra no Iraque e apela aos militantes para que se associem a esta jornada de protesto.

Promovida pelo Fórum Social a manifestação deverá ocorrer em todas as capitais europeias no primeiro sábado após o início da intervenção militar norte-americana no Iraque.

Caso se realize já no próximo sábado, a concentração está prevista para o Marquês de Pombal, às 15:00 horas.

Recorde-se que na primeira iniciativa deste género promovida em Portugal, a 15 de Fevereiro, o PS enquanto partido não aderiu por ter discordado do teor e da forma da convocatória, embora muitos socialistas tenham desfilado nas ruas de Lisboa a favor da paz.



FALAR VERDADE

# MOÇÃO DE CENSURA POR PORTUGAL



**O Partido Socialista vai apresentar uma moção de censura ao Governo em nome do descontentamento de “milhões de portugueses” que não se revêem no “seguidismo cego” de Durão Barroso em relação à Administração Bush na questão do Iraque. Esta posição do PS foi transmitida em primeira mão por Ferro Rodrigues a centenas de militantes no discurso de encerramento do comício de segunda-feira, em Lisboa. Inicialmente prevista para fazer o balanço de um ano negro de direita no poder, a sessão serviu sobretudo para reafirmar a oposição do PS a uma guerra contra o Iraque sem o aval da ONU, e para realçar a solução bélica do Governo que, nos Açores, recebeu os “senhores da guerra”, colocando o País “na rota de um conflito ilegítimo”.**

Ferro Rodrigues criticou severamente o primeiro-ministro por ter aceite o papel de “porteiro da guerra” na presente crise do Iraque, advertindo Durão Barroso de que o “pragmatismo, mesmo no campo de Portugal no contexto mundial, não pode sobrepor-se à defesa de valores”.

“Sei que haverá quem preferisse menos frontalidade e mais pragmatismo, menor valorização dos princípios e maior aproximação a posições de um qualquer Bloco Central. Respeito essas posições, mas não as partilho”, clarificou o secretário-geral do PS.

Na sua intervenção, Ferro afastou o cenário da instabilidade política em Portugal na sequência da apresentação da moção de censura, explicando que os Governos com maioria absoluta, como o nosso, não caem assim. Porém, advertiu: “Não esperem do PS nenhuma complacência ou cumplicidade” com uma “guerra desnecessária, precipitada e ilegítima”, reiterando de seguida que não há nada que obrigue a avançar para o confronto armado neste momento.

A concluir a avaliação da *performance* do Governo no plano internacional, Ferro Rodrigues acusa Durão Barroso de ter implementado uma “política irresponsável e profundamente censurável”.

“O Executivo não entende ou não quer entender

que está a colocar os portugueses ao lado dos que se regem pela lei do mais forte e a pôr Portugal do lado dos que fragilizam a coesão da União Europeia”.

A nível interno, a actuação do Governo também está longe de atingir nota positiva. “Falhanços sucessivos”, uma atitude “autista” e uma única resposta para todos os problemas: a herança socialista são os traços fortes do estilo de governação da coligação PSD/PP.

Apesar de culpa mais do que evidente na situação actual do País, o Executivo teima em afirmar que só deixará de responsabilizar os socialistas pela crise quando o Portugal voltar ao que era em 1995. Ora, justamente nesse ano, como recordou Ferro Rodrigues, Portugal conhecia taxas de desemprego que ultrapassavam os 7 pontos percentuais, os salários em atraso eram um flagelo, a Segurança Social estava em risco, o défice de contas públicas mantinha-se acima dos 5,5 por cento e assistia-se passivamente ao total incumprimento da lei das finanças locais.

“Com esta política cega e aventureira o Governo pôs Portugal a perder”, denunciou o líder socialista, lembrando que o “discurso da tanga” só serviu para gerar uma crise na economia, na confiança e no emprego.

Por tudo o que se tem visto, segundo o líder socialista, o PSD apresentou-se às eleições com um programa escondido.

“Prometeram mundos e fundos e assim que se viram instalados no poder esqueceram todas as promessas”, disse o secretário-geral para quem Durão Barroso e a sua equipa “têm práticas que minam a própria credibilidade do sistema”.

Agindo com precipitação, de forma “pouco preparada”, o Executivo tem dado “demasiadas vezes” sinais de “irresponsabilidade e autismo”, acusou o líder do PS, para quem os governantes de direita enfrentam o problema de não saber o que fazer para remediar os erros que cometeram”.

Mas, porque “não vale a pena enterrar a cabeça na areia e esconder a realidade”, evidenciando desse modo “incapacidade política”, o Governo poderia ter aproveitado as críticas construtivas da oposição e sobretudo acolher com sentido de Estado as propostas que o PS foi apresentando ao longo da presente legislatura, e que foram indiscriminada e arrogantemente rejeitadas.

## Chega de retórica passa-culpas

No comício da antiga FIL, Vera Jardim explicou porque é que do ponto de vista do PS a guerra

contra o Iraque é "ilegal" e "ilegítima". É que, sublinhou, "se não há perigo iminente, não há resolução das Nações Unidas que permita o uso da força", acrescentando que cabe a esta organização "determinar os passos precisos para se atingir o desarmamento iraquiano". Por isso, disse, a decisão norte-americana de avançar para a guerra "viola a Carta das Nações Unidas", mas também "é contrária à opinião pública internacional".

Salientando que "estamos a acordar de um pesadelo", o deputado do PS classificou a cimeira dos Açores como a cimeira do "isolamento" e também da "arrogância". "Os Açores foram uma encenação para uma decisão já tomada", disse, acusando Durão Barroso de ter "alinhado com Blair e Aznar no apoio cego à Administração Bush".

Para Vera Jardim, "esta guerra traz razões de inquietação", porque, explicou, "a única superpotência refuta o consenso internacional". "A actuação dos Estados Unidos é arrogante", disse, exemplificando com as declarações de Ramsfeld, segundo as quais "os EUA iriam para a guerra mesmo sem os britânicos".

Foi também esta a linha de raciocínio desenvolvida pelo vice-presidente da bancada socialista, José Sócrates, que culpou expressamente o Governo de dar "cobertura a uma guerra que não só vai contra a ONU, mas é totalmente injustificada".

"Para o PS os Estados Unidos da América são um aliado, mas isto nunca significou o sacrifício da ligação europeia", observou Sócrates, que não admitiu confusões entre a condição de "aliado" e a vassalagem de um "seguidor cego".

O deputado insurgiu-se com a ideia peregrina segundo a qual o País precisa de um defensor, pois, lembrou, "quem defende e sempre defendeu Portugal foram os portugueses".

"Esta guerra é um erro", enfatizou, para depois abordar os falhanços governativos no contexto da política nacional.



"Este ano (de governação) é um ano marcado pelo descontentamento e pela desilusão, disse, lembrando que as mais recentes sondagens de opinião demonstram que "nunca houve um Executivo português tão mal amado".

"O Governo andou no fim-de-semana a festejar, mas a festejar o quê?", questionou o ex-ministro do Ambiente, que não hesitou em responsabilizar a equipa de Durão Barroso pelo aumento do desemprego, os cortes brutais no investimento e a total desconfiança incutida nos agentes económicos nacionais, fazendo de Portugal "o único país europeu em recessão económica".

"Chega de retórica passa-culpas" exigiu, denunciando um Executivo "incapaz de assumir as suas responsabilidades", ao arripio da verdadeira herança socialista.

#### Sampaio deve pronunciar-se

Por sua vez, Manuel Alegre apelou à intervenção do Presidente da República na definição da política portuguesa sobre o Iraque, sustentando existir um conflito institucional entre o chefe de Estado e o Governo".

"O País espera uma palavra do Presidente, uma

vez que estão em causa valores fundamentais que não podem ser subvertidos", disse.

Referindo que a posição de Durão Barroso ao lado dos senhores da guerra é "imoral" e "uma afronta ao Portugal de Abril, ao Presidente da República e à democracia portuguesa", Alegre concluiu: "Se isto não configura um conflito institucional, não sei o que é um conflito institucional".

O deputado socialista, que afirmou que "vivemos a hora mais sombria desde a Segunda Guerra Mundial", referiu que a recente cimeira dos Açores, "à qual vergonhosamente Durão Barroso associou o nome de Portugal", teve





como objectivo “retirar toda e qualquer oportunidade à diplomacia”. Salientando que “a paz é a matriz da democracia portuguesa”, o militante histórico do PS disse que foi “humilhante e revoltante ver Durão ao lado dos senhores da guerra”. É que, explicou, “esta é uma questão que tem a ver com a posição de Portugal no mundo”. “Portugal, pela mão de Durão, está a ser um instrumento de divisão da Europa em benefício dos EUA”, disse, acrescentando que “o que está em causa é a ordem internacional que nasceu no pós-guerra”. Alegre também não poupou alguns articulistas que opinam sobre a guerra. “Qual é a sensibilidade desses escribas que fazem a apologia da guerra que mata crianças, pessoas?”, perguntou o deputado, que afirmou ainda ter ficado muito satisfeito com a decisão da direcção do PS de apresentar uma moção

de censura ao Governo. Na sua intervenção, referiu ainda que um ano após a chegada da direita ao Governo, “o País está pior - há um esvaziamento dos direitos sociais, os serviços públicos estão ameaçados”, acrescentando que “há uma crise de auto-estima e de confiança dos portugueses”. Por isso, disse, o PS deve ter como objectivo “restituir a esperança”. Já Jorge Coelho começou a sua intervenção perguntando se “há algum português que, passado um ano de Governo da direita, tenha uma vida melhor?”, para acrescentar que “quem paga a crise são os que menos têm, ou seja, os reformados e os que trabalham por conta de outrem”. Comentando as afirmações de alguns “escribas” que afirmam que o primeiro-ministro é “muito corajoso, porque faz tudo ao contrário do que prometeu durante a

campanha eleitoral”, Jorge Coelho afirmou que isso “não é coragem”, explicando que “coragem era Durão ter dito que ia subir os impostos, que o desemprego ia aumentar, e que ia congelar os salários da Função Pública”. Por isso, concluiu, “foi na base da mentira que ganhou as eleições”. Sobre o discurso passa-culpas que tem caracterizado o actual Governo, o deputado socialista afirmou que “é preciso acabar de uma vez por todas com a tanga de dizer que o que acontece de mau é sempre culpa do passado, porque senão ainda culpam o D. Afonso Henriques”. Jorge Coelho, que saudou a decisão do PS de apresentar uma moção de censura ao Governo, defendeu que “é necessário trabalhar com denodo para se construir uma alternativa política de progresso”. Referiu ainda que se revê de corpo e alma na

“firmeza de Ferro Rodrigues no combate pelos nossos valores”, afirmou estar convicto que o líder do PS vai ser primeiro-ministro de Portugal.

### Portugal despido de esperança

Quem não poupou críticas à equipa liderada por Durão Barroso foi a presidente da FAUL, que catalogou o Executivo de “autista, incompetente e arrogante”, considerando-o “o pior desde o 25 de Abril”. “Um ano depois de ter assumido o poder, o Governo delapidou todo o capital de confiança e de esperança dos portugueses”, afirmou Edite Estrela, que saudou o trabalho de reforço das bases socialistas que foi entretanto desempenhado pela actual direcção do partido, hoje “o primeiro nas intenções de voto dos portugueses”. E foi também uma intervenção crítica e de denúncia a proferida pela presidente da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Maria da Luz Rosinha reiterou a ideia de uma “má governação”, apontando para a AML como barómetro de descontentamento. “Nunca como agora a gestão dos atarques de Lisboa foi tão limitada”, disse, acrescentando que os cerca de três milhões de habitantes da AML estão mais pobres e também mais tristes. “Os portugueses querem paz e manifestaram-no claramente”, apontou, numa breve incursão sobre a crise que opõe a administração norte-americana ao regime iraquiano, para concluir reconhecendo que não compreende “um Governo que não escuta a voz do seu povo”. Pela juventude subiu ao palco da antiga FIL a secretária-geral da JS, que num discurso incisivo chamou “Pinóquio” a Durão Barroso e recordou todas as promessas goradas que o PSD fez aos jovens portugueses na campanha eleitoral. Desafiando o primeiro-ministro a contribuir para credibilizar a política nacional aos olhos da juventude, Jâmila Madeira exigiu também garantias de protecção para os cidadãos e militares portugueses face às consequências da questão iraquiana.

MARY RODRIGUES E J.C. CASTELO BRANCO



### CRISE DO IRAQUE

## CARLOS CÉSAR ALERTA PARA CONSEQUÊNCIAS DA CIMEIRA DOS AÇORES

O presidente do Governo Regional dos Açores considerou “uma perigosa desilusão para toda a humanidade” o desfecho da cimeira que reuniu domingo, na ilha Terceira, o presidente norte-americano e os chefes dos Executivos de Lisboa, Madrid e Londres. Lamentando que Durão Barroso tivesse excluído deste evento as autoridades regionais, César afirmou que o encontro entre Bush, Barroso, Aznar e Blair se traduziu em resultados “menos felizes para a associação de Portugal à paz”, abrindo a possibilidade de um “número indeterminado de mortos” com uma guerra no Iraque. Para o chefe do Executivo açoriano, a Cimeira dos Açores foi “mais num ultimato ao Presidente Chirac e a outros membros do Conselho de Segurança da ONU do que a Saddam Hussein”. Ao nível da UE, esta reunião terá, na opinião do presidente açoriano, “danos colaterais”, já que se pronuncia “uma divisão profunda” no seio comunitário numa fase tão importante “em que se discute a reforma institucional europeia” e o futuro da política regional.

## FALAR VERDADE

# PS FAZ BALANÇO DE UM ANO DE PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

No âmbito da iniciativa "Falar verdade", que culminou no comício da antiga FIL, da Junqueira, vários dirigentes do PS estiveram no passado fim-de-semana, de norte a sul do País a fazer o balanço de um ano de Governo de direita, marcado por uma política económica orientada na cegueira do combate ao défice e por uma contra-reforma social, sob o pano de fundo de um discurso da "tanga" e catastrofista, que levou o País a mergulhar numa recessão.

O secretário nacional do PS Vieira da Silva fez na sessão de Castelo Branco um negro balanço de "um ano de promessas não cumpridas" pelo actual Executivo de direita, como seja a do choque fiscal, a das pensões iguais ao salário mínimo e a de um crescimento económico superior à média da União Europeia. De facto, o País assistiu ao aumento de impostos e do desemprego, à quebra dos índices de confiança que atingiram um patamar baixíssimo, e à diminuição do investimento, isto sob o pano de fundo de uma recessão económica, cuja responsabilidade é inquestionavelmente do Governo.

"O Governo que ganhou as eleições com mentiras, tem uma obsessão principal: culpar o PS de tudo o que acontece", denunciou Vieira da Silva, acrescentando que "os portugueses já começaram a compreender que não é essa a verdade".

"Se a confiança caiu, se o desemprego atingiu níveis inesperados, se estamos a crescer menos do que a União Europeia é porque o Governo a isso nos conduziu", disse.

Para o dirigente socialista, "este é um Governo que não assume as suas responsabilidades, que tem medo de falar verdade aos portugueses", nomeadamente na questão das portagens e da segurança alimentar.

Ainda para Vieira da Silva, este é um Governo que "não se preocupa com a unidade nacional e despreza a importância da unidade europeia". "Porque não compreende o Governo que não interessa a Portugal aparecer aos olhos do mundo como fiel e obediente seguidor do senhor Bush?", perguntou, sublinhando ainda o carácter ilegítimo de uma guerra contra o Iraque sem o aval das Nações Unidas.

Referindo que o PS tem sabido ser "oposição firme e responsável", Vieira da Silva defendeu que o partido tem que exigir com "determinação" que "o Governo inverta a sua política de corte no investimento, que tome medidas para combater o desemprego e não para o aumentar e que contribua para reforçar



a unidade e coesão nacional e não para a minar".

Na mesma linha, Pedro Adão e Silva acusou Durão Barroso de "mentir aos portugueses, esquecendo todas as promessas feitas". Para este secretário nacional do PS, a postura do Governo contribui para a "descredibilização do sistema político". Por isso, defendeu que "na política temos de nos habituar a não fazer das campanhas eleitorais um conjunto de promessas infundáveis". Só assim, adiantou, "estaremos a credibilizar o sistema político". Pedro Adão e Silva, que falava em Ponte de Sor, concelho de Portalegre, referiu que passado um ano desde a sua tomada de posse, "o Governo paralisou o País em diversas áreas". Esta paralisia, na opinião do dirigente socialista, deveu-se ao facto do Governo estar "obcecado em controlar o défice", o que originou "um défice de emprego". Apesar desta obsessão, salientou que "não houve um passo sério na consolidação orçamental".

Na sua intervenção perante uma plateia de largas dezenas de militantes, os mais jovens dos dirigentes socialistas referiu-se ainda aos efeitos nefastos na economia e na confiança dos agentes do "discurso da tanga" do Governo, que surgiu numa lógica do "quanto pior melhor".

Por outro lado, considerou que o alinhamento com a Administração Bush no apoio à guerra do Iraque "é a decisão mais grave" que o actual Governo já tomou. "O mundo está a ser encaminhado para uma guerra ilegítima e

desnecessária", disse, acrescentando que o conflito terá no nosso país "efeitos no intensificar de uma conjuntura que já é má". Por isso, avisou, "o PSD será o responsável pelo acentuar das dificuldades com que os portugueses se verão confrontados devido aos efeitos da guerra".

## Ministérios clandestinos

"Há ministérios clandestinos" no Governo, denunciou Luís Nazaré, no encontro com militantes no auditório do Instituto Português da Juventude, em Coimbra. Ciência, Tecnologia, Cultura, Ensino Superior, Administração Interna, Ambiente e Ordenamento do Território foram os ministérios identificados pelo dirigente socialista, onde há uma actuação quase nula, sem a relevância que estas áreas deviam ter.

Já as políticas do Governo em áreas da Justiça, Educação, Obras Públicas e Administração Pública foram classificadas pelo dirigente socialista como uma "lástima". Na sua intervenção, Luís Nazaré acusou o Governo de "falta de sensibilidade social", de ser o responsável pelo "aumento do desemprego" e de ter deixado as PME entregues à sua sorte.

O dirigente socialista criticou também o discurso "catastrofista e deprimente" do Governo, com consequências nefastas nos índices de confiança dos agentes económicos.

Já Rui Cunha, em Valença, falou da "situação

de descrença em que o Governo, que não cumpriu nenhuma das promessas feitas, lançou o País", salientando que "é preciso recuperar a confiança dos portugueses".

Referindo alguns dos aspectos nefastos da política económica do Executivo de direita, como a retracção do investimento privado e o aumento do desemprego, o secretário nacional do PS criticou a mensagem "miserabilista", defendendo que "não é essa postura que Portugal deve assumir perante a União Europeia e o mundo".

Rui Cunha criticou ainda o Governo por apoiar a intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque, sem o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que considerou "uma violação grosseira do Direito Internacional". Sobre a recente crise dos frangos, criticou a "passividade" do Executivo, que já sabia há meses da existência de nitrofurano, em particular dos ministros Arnaut e Luís Filipe Pereira, que "estão desaparecidos".

Mais a sul, em Loulé, foi Eduardo Cabrita o responsável pelo balanço de um ano de Governo de direita, centrando a sua intervenção na política económica e nas questões relativas à descentralização e justiça.

Lembrando que o Governo "não falou verdade" aos portugueses, ao contrário do PS que "falou claro", o deputado socialista referiu que a política económica do Governo teve "efeitos recessivos", com o consequente aumento do desemprego.

Eduardo Cabrita apontou também "a falta de



sentido das previsões orçamentais do Executivo, que têm sido revistas sempre em baixa”.

Por outro lado, referiu a “ausência de uma estratégia de descentralização” por parte do Governo, que tem seguido “uma lógica de dividir para reinar”.

Além disso, acusou, o Governo tem pautado a sua actuação por um sistemático “ataque ao poder local”, nomeadamente “cerceando os meios financeiros ao dispor das autarquias”.

Quanto à justiça, referiu que nesta área há “uma falta de definição de uma estratégia”, limitando-se o Governo a continuar, com atraso, as reformas iniciadas no anterior Executivo.

**Durão enganou eleitorado**

Entretanto, também as federações de Vila Real e de Bragança fizeram um balanço de um ano de Governo de direita, com particular incidência nos aspectos negativos para estas regiões.

“Este Governo fez mais mal ao distrito num ano que todos os restantes governos do Portugal democrático”, acusou o presidente da Federação do PS/Vila Real, camarada Ascenso Simões

Em conferência de Imprensa, destinada a fazer um retrato do distrito após “um ano de poder laranja”, o PS referiu que o Governo tem “a responsabilidade de ser o coveiro de uma ideia generosa de transformar o Douro num grande produto cultural e económico, no país e no mundo”, e de, “com a sua política de contabilista de vão-de-escada, impedir que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro possa crescer, como estava previsto, para o Alto Tâmega, travando a construção do pólo da instituição em Chaves.

Ascenso Simões afirmou que “Durão Barroso enganou o eleitorado de Vila Real”, sublinhando que o distrito foi contemplado com

“um conjunto de novidades que não são mais do que actos de malvadez”, dos quais destacou a extinção do Instituto de Navegabilidade do Douro, colocando os seus serviços na dependência de uma instituição sediada na capital, a diminuição de funções e de peso institucional da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro e a extinção da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro.

Referiu que, no sector agrícola, se vivem

actualmente momentos de crise económica, social e institucional na Região Demarcada do Douro e frisou que não existe uma ideia consistente para resolver o problema do excesso de vinho nos armazéns das adegas e dos comerciantes, já que ainda se encontra por vender um quarto da colheita de 2002.

Para o líder da Federação, ao nível das grandes infra-estruturas de transporte, rodoviárias e ferroviárias, o que se verifica é que a “intervenção rápida no IP4 se ficou pelo que o

Governo anterior tinha feito” e embora “muito se tenha falado de um auto-estrada de ligação entre Vila Real e Amarante ainda não se fez nada”.

“A decisão sobre o troço do IP3, entre Vila Real e Chaves, é uma telenovela venezuelana que tarda em ter fim, os projectos do IC5 e IC26 estão em repouso tais quais o Governo anterior os deixou e as linhas ferroviárias estão em perigo e o seu tráfego diminui rumo à degradação”, salientou.

Também a Federação de Bragança fez um balanço muito negativo de um ano de Governo de direita, tendo concluído que com esta política “o distrito não tem melhor presente e não terá melhor futuro”.

Dos casos mais graves de “uma prática governamental oposta às promessas eleitorais”, os socialistas bragantinos destacaram o aumento da carga fiscal, a diminuição do poder de compra dos portugueses, a eliminação do regime de crédito bonificado, o aumento exponencial do desemprego, os cortes nos investimentos no País e no distrito e o não cumprimento da Lei das Finanças Locais.

O PS/Bragança aponta ainda como “casos muito graves” a “não criação de serviços públicos e encerramento dos existentes” e ainda o facto de “a tão prometida e propalada Universidade de Bragança não ter passado de uma arma de arremesso eleitoral”.

Também os camaradas José Sócrates e Jorge Coelho, que intervieram no comício da FIL, estiveram presentes em sessões realizadas nos distritos de Leiria e Évora, assim como os camaradas Ana Gomes, Paulo Pedroso, Augusto Santos Silva, Maria de Belém, Alberto Martins e Capoulas Santos que se deslocaram, respectivamente, aos distritos de Setúbal, Porto, Braga, Aveiro, Santarém e Beja.

J. C. CASTELO BRANCO



**FERNANDO CABRAL ACUSA**

# HÁ ABUSO DE PODER NO GOVERNO CIVIL DA GUARDA

O deputado do PS Fernando Cabral quer que o governador civil da Guarda informe o Parlamento sobre as razões que o levaram a fazer-se representar pelo seu adjunto Fernando Lopes, quando este já se encontra investido nas funções de deputado da nação.

Em requerimento entregue à Assembleia da República, Fernando Cabral refere-se, em concreto, a actividades realizadas em 1 de Março, designadamente a Festa do Queijo Serra da Estrela, de Seia e Mostra de Actividades Económicas de Manteigas, algumas das quais com presença de membros do Executivo de direita.

O documento aponta o facto de, na ocasião, o gabinete do governador civil da Guarda ter informado os organizadores desses eventos da sua impossibilidade de estar presente, pelo que se faria representar pelo seu chefe de gabinete, Fernando Lopes.

Porém, a partir desse mesmo dia, Lopes passou a desempenhar funções de deputado na



Assembleia da República, em substituição de Gustavo Duarte.

O presidente da Federação da Guarda garante que as afirmações do governador civil segundo as quais Fernando Lopes tinha estado presente nas actividades em questão enquanto deputado são "ainda mais gravosas", pois os parlamentares laranja deslocaram-se a esses eventos numa viatura do oficial com respectivo motorista. "Este é um meio que a lei não prevê que seja disponibilizado aos deputados e, então, ou houve abuso de poder, utilizando os deputados (do PSD) meios que não estavam autorizados ou o governador deu essa autorização e não o podia ter feito porque a Lei o não contempla", rematou Cabral.

**Socialistas contra redução horária em Educação Física**

A eventual redução da carga horária da disciplina de Educação Física no ensino

secundário foi objecto de um requerimento dirigido ao Governo por Fernando Cabral. Para o deputado socialista, a verificar-se tal facto, "ele representará um retrocesso educativo inqualificável e prejudicial a todos os alunos daquele grau de ensino". Fernando Cabral realça ainda o esforço feito nos últimos anos, por vários governos e várias gestões municipais, "no sentido de dotar as escolas e respectivas comunidades educativas de instalações desportivas condignas de um processo educativo de qualidade".

Neste contexto, o parlamentar socialista quer saber se a proposta de revisão curricular do ensino secundário, em elaboração no Ministério da Educação, prevê a diminuição da carga horária da disciplina de Educação Física e, no caso da resposta ser positiva, quais os fundamentos e razões que levaram a tal decisão.

**CASTANHEIRA DE PÊRA**

# PS DENUNCIA PROMISCUIDADE LARANJA

O presidente da Federação de Leiria do PS acusou o líder da Concelhia do PSD de Castanheira de Pêra de misturar as suas funções no Governo com o cargo partidário, num requerimento entregue, a semana passada, na Assembleia da República

O facto do dirigente laranja ser, ao mesmo tempo, chefe de gabinete do secretário de Estado adjunto do ministro da Presidência, está a levantar "suspeitas de falta de isenção, promiscuidade e abuso de poder, de todo inaceitáveis".

Em causa, defende José Miguel Medeiros, está



o facto do PSD ter-se apresentado como um dos promotores da instalação e ampliação da Fábrica Barros III, uma das maiores do concelho.

De acordo com o deputado socialista, o PSD apresentou-se aos munícipes como o responsável pela "intervenção do governador civil de Leiria junto da Câmara Municipal em sequência das queixas e dos comunicados da estrutura local" daquele partido.

Nesse sentido, Medeiros pediu aos ministros da Administração Interna, e das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, bem

como ao governador civil de Leiria que esclareçam "o clima de suspeição entretanto instalado e que põe em causa o bom nome de pessoas e instituições, designadamente o senhor presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra", eleito pelo PS.

Além disso, e face ao pedido de uma investigação da Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) por parte do PSD, José Miguel Medeiros desafiou o Executivo a esclarecer se esta acção já estava prevista ou foi desencadeada apenas por este pedido.

**LINHA DA BEIRA BAIXA**

# DEPUTADOS PEDEM EXPLICAÇÕES SOBRE ATRASOS SUCESSIVOS DOS COMBOIOS

Os frequentes atrasos dos comboios da linha da Beira Baixa que nas últimas semanas chegaram a ser superiores a 60 minutos estiveram na origem de um requerimento apresentado na mesa da Assembleia da República pelos deputados José Sócrates e Fernando Serrasqueiro.

Considerando que "urge revitalizar este meio de transporte que apresenta vantagens claras relativamente a outros transportes públicos", os parlamentares do PS questionam o ministro das Obras Públicas e Transportes e Habitação sobre "quais os motivos dos sucessivos atrasos, com um incumprimento de horários superior ao que é razoável" e "qual a margem de atraso que a CP considera mínima a partir da qual deve indemnizar os seus utentes".

Os deputados do PS querem ainda saber "por quanto tempo vai manter-se a deficiente qualidade do serviço prestado" e "o que pensa a tutela desta situação, merecedora de tomada de posição ministerial, já que prejudica aqueles que na região optam pelo transporte público ferroviário".

**AMBIENTE**

# SOCIALISTAS CONTRA CONSTRUÇÃO NA MATA DE SESIMBRA

O Partido Socialista acusou o ministro do Ambiente de ter assinado um acordo que representa "uma sentença de morte da mata de Sesimbra" e exigiu a sua presença na Assembleia da República para explicar o negócio feito em nome do Estado português.

Em comunicado, o PS acusou Isaltino Morais de se comportar "como um promotor imobiliário", ao assinar um acordo que transfere as polémicas pretensões de construção de investidores alemães do Meco para a mata de Sesimbra.

Os socialistas criticam ainda o Executivo por ter "cedido em toda a linha às pretensões dos promotores alemães" ao aceitar a construção "de diversos empreendimentos turísticos de grandes dimensões" na mata de Sesimbra, que em seu entender representam "uma verdadeira sentença de morte" do local.

No comunicado, o PS recorda que o anterior Governo recusou a solução que o actual ministro do Ambiente agora aceitou "por ser contra qualquer acordo à custa dos valores do ambiente ou do ordenamento do território".

## PS PROPÕE ESTATUTO DO AGENTE DE COOPERAÇÃO

Institucionalizar o estatuto do Agente da Cooperação e aprofundar os instrumentos de cooperação entre Portugal e os países em desenvolvimento, nomeadamente com os PALOP, são os objectivos centrais do projecto de lei da autoria do deputado Carlos Luís, que a bancada socialista entregou à mesa da Assembleia da República, a semana passada.

O projecto do PS define os instrumentos de cooperação, os respectivos promotores e agentes e pretende actualizar o regime actual, adaptando-o às novas exigências.

No que se refere aos instrumentos, os parlamentares socialistas defendem que qualquer acção, projecto ou programa de cooperação que envolva entidades nacionais devem ser objecto de um acordo expresso ou diplomático por parte dos Estados respectivos.

Pela "especial relevância" que os promotores desempenham neste regime, o projecto define como tais os órgãos do Estado, os serviços públicos, as demais pessoas colectivas de direito público e autarquias, bem como as instituições particulares de interesse público, empresas, fundações, organizações não governamentais e ainda de outras entidades privadas.

Determina-se, igualmente, a existência de um registo dos agentes de cooperação, a sua forma de recrutamento, os termos de celebração dos contratos de prestação de serviços com os agentes de cooperação, incluindo as respectivas remunerações, direitos e obrigações, regime de segurança social e benefícios fiscais.

M.R.

### AMBIENTE

## APRESENTADO PROJECTO DE PROTECÇÃO DA ORLA COSTEIRA

O PS apresentou na Assembleia da República um projecto de lei que tem por objectivo central a protecção da orla costeira através de um sistema de alimentação artificial das praias.

Na exposição de motivos, os deputados socialistas referem que este diploma "pretende ser um contributo para a protecção da orla costeira condicionando a extracção de areias, quando efectuada a um quilómetro da costa, a uma recarga obrigatória".

Esta iniciativa legislativa complementa-se, aliás, com outro projecto de lei do PS, que "cria o sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes". O diploma estabelece ainda que se entende por "alimentação artificial de praias a colocação por meios artificiais de materiais arenosos em locais imersos ou emersos adequadas à obtenção de um determinado perfil de mar favorável à dissipação de energia das ondas e a uso balnear, simulando situações naturais".

### PS/AÇORES

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

O PS/Açores vai apresentar na Assembleia Legislativa Regional uma proposta de reformulação dos procedimentos de produção legislativa dos órgãos de governo próprio do arquipélago para um melhor aproveitamento das novas tecnologias da informação.

Em conferência de Imprensa, o líder dos deputados socialistas, Vasco Cordeiro, justificou o projecto com a desactualização do actual diploma que estabelece as regras de formulário, publicação e entrada em vigor dos actos legislativos da Assembleia e Governo regionais, que data de 1977.

O "aumento vertiginoso das disposições legais" nesta matéria obriga à necessidade de "continuar a assegurar a qualidade técnica legislativa", disse Vasco Cordeiro, acrescentando que o recurso à Internet "deve ser aproveitado" para uma melhor divulgação da produção legislativa.

Segundo sublinhou, a reforma agora proposta pelos parlamentares do PS aponta para a atribuição de "relevância jurídica" à edição electrónica do Jornal Oficial da região, assim como actualiza questões relativas à terminologia dos actos legislativos.

Vasco Cordeiro anunciou, ainda, uma outra proposta de decreto regional, que altera o regime de exploração e registo de máquinas de diversão em estabelecimentos comerciais não licenciados para o efeito.

O PS/Açores pretende, assim, estabelecer uma situação de igualdade com o restante território nacional, onde é permitida a exploração de até três máquinas por estabelecimento sem que seja necessário a respectiva licença.

No arquipélago, o "regime jurídico é substancialmente mais severo", uma vez que só autoriza a existência de uma máquina de diversão em cada estabelecimento, disse.

### SEGURANÇA ALIMENTAR

## CAPOULAS SANTOS ACUSA GOVERNO DE DESCOORDENAÇÃO NA CRISE DOS FRANGOS

O deputado Capoulas Santos acusou o Governo de "total descoordenação" no caso da carne de frango e de peru contaminada, e exigiu ao primeiro-ministro explicações sobre a recente apreensão de meia tonelada de nitrofurano na zona do Oeste.

Segundo o ex-ministro das Agricultura do Governo PS, a confirmar-se a apreensão de meia tonelada de nitrofurano, tal quantidade chegará para contaminar cerca de 450 milhões de aves, "o equivalente a ano e meio da produção nacional".

Capoulas Santos referiu que se está "perante um gravíssimo exemplo de descoordenação governativa que cabe ao primeiro-ministro assegurar, uma vez que quer a inacção quer a recusa de esclarecimentos são inexplicáveis".

Para Capoulas Santos, o primeiro-ministro "deve uma explicação ao País", porque as 47 empresas sequestradas "representam cerca de metade da produção de carne de frango e de peru do País". O deputado socialista lamentou ainda que só na quarta-feira da semana passada o Governo tenha anunciado análises a 150 fábricas de rações, "onde se suspeita possa estar a fonte do problema da contaminação".

Na sua intervenção na Assembleia da República, Capoulas Santos criticou o Executivo PSD/PP por não ter retirado "imediatamente do mercado toda a carne de aves", divulgando, ao mesmo tempo, "a lista de empresas suspeitas de terem produtos contaminados com nitrofurano".

É que, sublinhou, "o PS tem toda a autoridade moral para criticar o que poderia e deveria ter sido feito em poucas horas ou dias porque foi assim que procedeu quando foi confrontado com situações análogas como foram os casos da BSE, a febre aftosa ou a crise das dioxinas".

Entretanto, a maioria de direita parlamentar chumbou todas as propostas do PS que visavam a realização de audições e a recolha de informação que possibilitasse o esclarecimento da crise dos frangos. O PS na Comissão parlamentar de Agricultura tinha requerido as audições do director do Laboratório de Investigação Veterinária, do ministro da Saúde e do ministro adjunto do primeiro-ministro, mas PSD e PP inviabilizaram esse pedido.

J. C. C. B.



### PATRIMÓNIO

## IMOBILIÁRIO DO ESTADO ALIENADO SEM TRANSPARÊNCIA

A maioria parlamentar PSD/PP chumbou, na passada quinta-feira, o projecto de lei socialista que visava regular a venda do património do estado, permitindo estabelecer regras de transparência em negócios como o da polémica venda da Quinta da Falagueira.

A deputada Leonor Coutinho, autora do projecto, disse, no plenário parlamentar, que o diploma não pretendia impedir que a venda dos imóveis públicos sirva para cobrir o défice.

O objectivo da iniciativa socialista era, garantiu, "colmatar um vazio legislativo num assunto em que as suspeições são constantes e a corrupção é frequentemente indiciada".

"É insustentável que em Portugal esta matéria não tenha sequer legislação de enquadramento, com excepção da alienação de habitação social ou dos imóveis na posse do Ministério da Defesa", afirmou Leonor Coutinho, para quem "a experiência destes últimos anos assim como a maior frequência do recurso do Estado a alienação de património imobiliário aconselham a que a Assembleia da República legisle sobre esta matéria".

Para os socialistas, o Estado deve dar garantias aos portugueses de que as transacções de bens públicos são feitas de modo "transparente, por um preço justo e que o interesse público não é defraudado".

O projecto de lei proposto pelo PS e que foi inviabilizado pela direita, visava, precisamente, assegurar que um conjunto de princípios básicos fosse fixados no sentido de uma maior transparência na transacção do património público.

O Governo bate palmas à continuidade de um vazio normativo, acenando com uma "reforma global" do sector que não explica nem aprofunda e que continua sem data marcada.

M.R.

UISEU

# JUNQUEIRO DEFENDE UMA FEDERAÇÃO VIRADA PARA A SOCIEDADE

“Passar do estritamente político ao culturalmente relevante” é o objectivo central da recandidatura de José Junqueiro à Federação Distrital de Viseu.

Na moção “Preparar o futuro”, o candidato defende que, além das reuniões ordinárias, “o Executivo federativo deve levar por diante a realização de acções públicas” que traduzam as suas políticas e “o interesse sobre as matérias mais pertinentes em cada momento e em cada lugar”.

“Do estritamente político devemos passar ao culturalmente relevante, intenção que passa pelo convite a figuras públicas dos diferentes domínios do saber para a realização de debates especialmente dirigidos à comunidade em que nos inserimos”, acrescenta.

Por considerar que a federação deve “ser capaz de coordenar as capacidades institucionais dos deputados eleitos com as necessidades de intervenção”, o actual presidente defende também que os parlamentares “devem iniciar um ciclo de visitas concelhias, partidárias e oficiais”.

José Junqueiro quer ainda lançar a discussão sobre uma nova organização política e administrativa do País, novos modelos de financiamento das autarquias e também a limitação de mandatos.

Para o ex-governante socialista, as futuras áreas metropolitanas, comunidades urbanas e intermunicipais são “uma mão-cheia de nada”, que no seu entender “não passam de associações de municípios”.



CONCELHIA DE LISBOA

# JOSÉ LEITÃO QUER RENOVAR PARA VOLTAR A GANHAR

José Leitão escolheu o ex-ministro da Justiça Vera Jardim para mandatário da sua candidatura à Comissão Política da Concelhia de Lisboa.

A apresentação do mandatário e do manifesto eleitoral teve lugar na passada sexta-feira, num jantar que reuniu dezenas de apoiantes, em Lisboa.

“É um homem profundamente fraterno e essa é uma qualidade fundamental na vida, na política e essencial no Partido Socialista”, afirmou Vera Jardim na sua intervenção, ao referir-se a José Leitão a quem não poupou elogios pelo trabalho realizado quer na Secção de Benfica, quer como alto-comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas.

Satisfeito com a adesão que a sua candidatura tem vindo a recolher, José Leitão acentuou a ideia que “só uma nova concelhia poderá construir um projecto mobilizador e plural, capaz de juntar em torno de si uma nova esquerda em Lisboa”.

O candidato à Concelhia de Lisboa afirmou ainda “estar disponível para os grandes debates, nomeadamente sobre a reforma das autarquias, o sistema político, a descentralização administrativa e o reforço da participação directa dos militantes nas tomadas de decisão interna e na escolha dos candidatos do partido aos actos eleitorais”.



ÓBITO

# FALECEU MARIA PALMIRA TITO DE MORAIS

Faleceu, no passado dia 10, a camarada Maria Palmira Tito de Morais, destacada militante do Partido Socialista.

Nascida no seio de uma família republicana e socialista, Maria Palmira, que era irmã do fundador do PS, Manuel Tito de Morais, desde muito cedo participou em acções contra a ditadura. Foi membro da Comissão Feminina do Movimento de Unidade Democrática (MUD), tendo tomado parte activa na campanha para a eleição à Presidência da República do general Norton de Matos, assim como em actividades de protesto contra a prisão de democratas.

Na sequência da sua actividade antifascista, foi demitida, em 1949, do Centro de Saúde de Lisboa, onde integrou a equipa fundadora. Um ano mais tarde, por despacho do ministro da Educação, foi impedida de exercer quaisquer funções na Escola Técnica de Enfermagem, no Instituto Português de Oncologia e em todos os outros organismos do Estado.

As circunstâncias políticas que a impediram de prosseguir a sua carreira profissional forçaram-na a sair de Portugal, tendo sido convidada, no Verão de 1951, para o quadro permanente dos Consultores da Organização Mundial de Saúde.

Regressa a Portugal após o 25 de Abril, tendo participado de uma forma activa, mas discreta, na vida interna do nosso partido, como militante de base na Secção do Bairro Alto, em nome dos valores que sempre nortearam a sua acção política: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

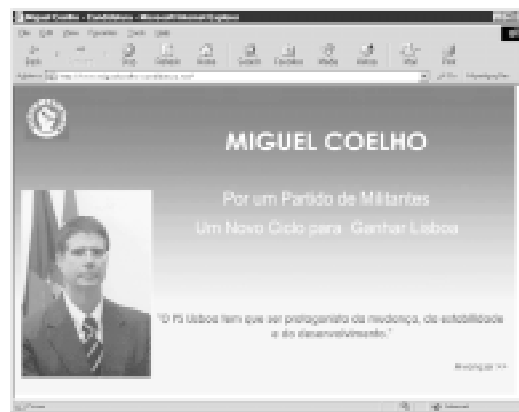
Em 1980, o então chefe de Estado português conferiu-lhe o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique e, 11 anos mais tarde, foi-lhe atribuído o prémio da Associação dos Antigos Alunos do Colégio de Professores da Universidade de Columbia de Nova Iorque, pela sua acção no campo da Educação em Enfermagem a nível internacional. À família enlutada, o “Acção Socialista” endereça as mais sentidas condolências.

CONCELHIA DE LISBOA

# JANTAR DE APOIANTES DE MIGUEL COELHO

A Voz do Operário vai ser palco no dia 25, pelas 20 horas, de um jantar de apoiantes de Miguel Coelho, que se recandidata à liderança da Concelhia de Lisboa.

Na ocasião, Miguel Coelho apresentará o manifesto da sua candidatura, que tem como objectivos centrais ganhar Lisboa e aprofundar a participação dos militantes de Lisboa na vida do partido. A candidatura de Miguel Coelho, que conta já com mais de 300 apoiantes, pode ser visitada no endereço [www.miguelcoelho-candidatura.net](http://www.miguelcoelho-candidatura.net).





**FAUL**

# RAPOSO DEFENDE LIMITAÇÃO DE MANDATOS NOS CARGOS PARTIDÁRIOS E PÚBLICOS

Joaquim Raposo quer que a "FAUL se assuma como primeiro protagonista político regional, contribuindo para a criação de alternativas políticas metropolitanas e nacional, necessárias à construção de um Portugal moderno, competitivo e solidário".

O candidato quer colocar o Partido Socialista a "intervir energeticamente na agenda política, com propostas que sirvam, tanto no campo social, como no cultural e económico, as populações da área urbana de Lisboa".

Na sua moção de estratégia "Lisboa: Metrópole Europeia e Atlântica", Joaquim Raposo defende que a capital deve desenvolver políticas modernas, eficientes, integradas e progressivas para ser uma grande metrópole europeia e atlântica.

O presidente da Câmara Municipal da Amadora quer que a FAUL retome o protagonismo regional, uma vez que "é a maior Federação do PS e pela importância política que objectivamente tem, deverá assumir um processo dinâmico que a capacite para intervir eficientemente no partido e na região, antecipando-se à emergência das situações, na actual conjuntura política".

"Na FAUL será decisivo, para ganharmos o futuro, que o Partido Socialista se abra aos



militantes e à sociedade". É desta forma que Joaquim Raposo pretende modernizar o partido, tornando-o mais eficiente e atractivo para federar vontades e competências dos militantes e de toda a sociedade.

Na moção de estratégia, o autarca socialista defende a limitação de mandatos, tanto nos cargos partidários como nos públicos.

"É minha intenção abrir a estrutura partidária

à sociedade civil dado que, a história assim o demonstra, sempre que nos abrimos ao exterior tudo ganhamos, ao invés, sempre que o PS se encerrou sobre si mesmo, sectariamente, perdemos nós e não ganhou Portugal", sublinha o candidato na sua moção.

Para Joaquim Raposo, é fundamental que a FAUL seja capaz de comunicar adequadamente com os militantes e com os cidadãos da região de Lisboa. Para atingir tal desiderato, propõe-se "renovar a Web Page/FAUL na Internet, promover encontros em cooperação com as Concelhias do PS e organizar debates com dirigentes nacionais e especialistas para debater os grandes temas da actualidade".

O autarca da Amadora quer ainda promover a "criação de espaços de reflexão e debate onde se possa pensar e intervir em áreas decisivas e estratégias, por forma a afirmar positiva e tendencialmente, a região de Lisboa, no País e no mundo".

Em relação às próximas batalhas eleitorais, a moção de estratégia de Joaquim Raposo defende que a FAUL se deve empenhar em "ajudar a construir uma alternativa credível à actual maioria de direita".

## MOÇÃO ALTERNATIVA NA FAUL

Teve ontem lugar, no Hotel Altis, a apresentação da moção de orientação política ao Congresso da FAUL que tem como primeiro subscritor o camarada Fonseca Ferreira, dirigente do Clube da Margem Esquerda.

A moção, intitulada "Mudar para vencer", tem como principais objectivos estratégicos a vitória nas próximas eleições autárquicas e legislativas, a renovação e dinamização da FAUL e a construção de uma estratégia socialista de desenvolvimento económico e de progresso para a Área Metropolitana de Lisboa.

No documento defende-se ainda a elaboração da "Carta de Cidadania Municipal", a realização no próximo ano de uma grande "Convenção Autárquica Metropolitana" e a progressiva articulação política e funcional com a Federação de Setúbal e a FRO.



**PORTO**

# NUNO CARDOSO ANUNCIA CANDIDATURA À CONCELHIA

O ex-presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, anunciou que pretende avançar com a sua candidatura à Concelhia do PS/Porto.

Em entrevista ao "Jornal de Notícias", Nuno Cardoso afirmou que na sua candidatura "há sobretudo um objectivo bastante forte de colaborar com o partido no sentido de o reforçar e fazer com que se torne mais apto a representar a sociedade". "Estou mais motivado para um trabalho com os camaradas no sentido de transformarmos o PS e responder aos anseios de uma sociedade moderna que está em profunda transformação", acrescentou.

O ex-autarca admitiu ainda que quer ser candidato à Câmara do Porto, adiantando que já fez saber as suas intenções a Jorge Coelho, uma vez que este é o coordenador nacional do PS para as autarquias.

Nuno Cardoso disse que quer "reforçar a capacidade de intervir na cidade e de fazer oposição ao actual poder instituído, que é um poder estranho e esquisito, na medida em que é sustentado por uma coligação promíscua entre CDU, PSD e PP, que não tem vindo a resolver problemas absolutamente nenhuns".

**PORTO**

# NARCISO ALERTA PARA LANÇAMENTO PREMATURO DE CANDIDATOS AUTÁRQUICOS

Narciso Miranda considera que não é chegada a altura de avançar com candidatos às próximas eleições autárquicas no Porto, lembrando que "o PS precisa de todos os seus militantes" para voltar a dirigir os destinos da Invicta.

Comentando a possibilidade de Nuno Cardoso encabeçar a lista do PS pelo Porto, o candidato à liderança da distrital do PS entende que cedo para pensar nas autárquicas, avisando que o lugar "não está em leilão".

Num jantar da sua campanha, Narciso disse que há que esperar pelo momento certo.

"Na altura certa tomaremos as decisões. Primeiro, temos de definir projectos e ideias para a Câmara do Porto. Só depois se falará dos protagonistas", afirmou.

Quanto à gestão laranja da edilidade portuense, Narciso Miranda garante que esta se preocupa apenas com a pontualidade dos funcionários.

"Passa o tempo a saber se o funcionário A, B ou C entra cinco minutos atrasado ou a analisar à lupa os atestados médicos", observou.

Narciso Miranda apontou as próximas autárquicas como o "momento histórico de viragem" para o PS e aproveitou o momento para se opor à guerra no Iraque e à posição portuguesa de subjugação face aos Estados Unidos.

### Assis em debate pelo distrito

Entretanto, Francisco Assis, também candidato à Federação do PS/Porto, prossegue uma série de reuniões com os militantes das freguesias matosinhenses de São Mamede, Custóias, Leça do Balio e Guifões.

Hoje mesmo Francisco Assis faz o balanço da sua campanha em conferência de imprensa na sede da Federação do Porto, e à noite tem previsto um debate em Rio Tinto. Amanhã estará em Marco de Canaveses para nova reunião com militantes.

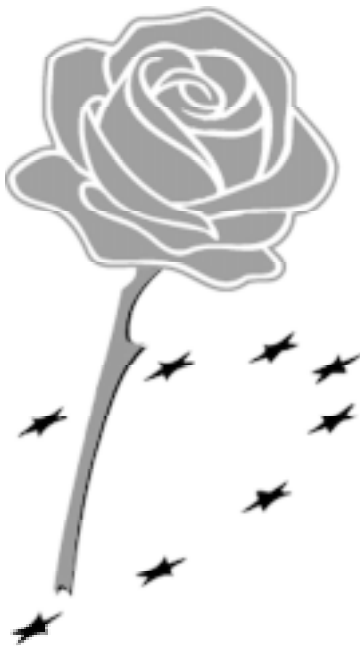
**FERRO RODRIGUES ESTEVE PRESENTE**

# SOCIALISTAS EUROPEUS REÚNEM COM GUERRA NA AGENDA

O desencadear de uma guerra contra o Iraque à margem do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi um dos principais temas da reunião que esta quinta-feira os líderes socialistas europeus tiveram em Bruxelas, a anteceder o Conselho Europeu, que se realiza sexta-feira. O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, Pedro Adão e Silva, do Secretariado Nacional, estiveram presentes na reunião.

Apesar do Conselho Europeu inicialmente ter em agenda questões económicas e, sobretudo, o desenvolvimento da Estratégia de Lisboa, delineada durante a presidência portuguesa em Março de 2000, cujos objectivos são tornar a União na economia mais competitiva do mundo baseada no conhecimento, a iminência de uma guerra acabou por dominar as atenções.

Além disso, esteve presente o presidente do Partido Socialista Europeu, Robin Cook, que se demitiu do Governo de Tony Blair por considerar que não existe uma justificação suficiente para envolver a Grã-Bretanha num conflito sem o apoio da sua opinião pública nem da comunidade internacional



e sem o aval das Nações Unidas.

Com efeito, a demissão de Robin Cook acrescenta autoridade moral aos socialistas na reafirmação da posição que têm mantido, tanto no Grupo Socialista do Parlamento Europeu, como do Partido Socialista Europeu e também da Internacional Socialista, ao defenderem intransigentemente o respeito pela autoridade das Nações Unidas e da legalidade internacional.

Num artigo publicado esta semana no jornal "The Guardian", Robin Cook justifica a sua demissão com o facto de não poder aceitar um envolvimento militar da Grã-Bretanha contra a legalidade internacional e porque os interesses britânicos são melhor defendidos "não através de uma acção unilateral, mas de um acordo multilateral e de uma ordem mundial assente no respeito pelas regras estabelecidas".

"A dura realidade é que a Grã-Bretanha está a ser levada a embarcar numa guerra sem o acordo de nenhum dos corpos internacionais que integramos a nível dirigente. Nem da NATO. Nem da União Europeia. Nem do Conselho de Segurança. Acabar em semelhante isolamento diplomático é um sério revés", afirma,

acrescentando que, só isto, já representa "pesadas baixas de guerra sem que um único tiro tenha sido disparado".

O líder do Partido Socialista Europeu deplora também o facto de estar prevista uma campanha de bombardeamentos que poderá provocar "milhares de mortos", o que ainda é menos incompreensível quando se sabe que a capacidade militar do Iraque "é de metade da que tinha aquando da Guerra do Golfo".

"Não podemos basear a nossa estratégia militar no facto de Saddam Hussein estar tão fraco e, ao mesmo tempo, justificar uma acção preventiva dizendo que o ditador constitui uma séria ameaça", afirma.

Robin Cook põe ainda em evidência a política de dois pesos e duas medidas com a atitude complacente em relação a Israel. "Tem-se afirmado que o Iraque teve 12 anos para desarmar e que a nossa paciência está no fim. E, no entanto, já passaram mais de trinta anos desde que a resolução 242 exige que Israel retire dos territórios ocupados. Não exprimimos a mesma impaciência com a persistente recusa de Israel em cumprir a resolução".

P.P.

## CRISE DO IRAQUE

### GUTERRES LANÇA INDIRECTAS AO EXECUTIVO DE BARROSO

A defesa por parte do Governo de Durão Barroso de uma intervenção militar no Iraque sem o aval das Nações Unidas e a perda de influência de Portugal na União Europeia por excesso de seguidismo em relação aos Estados Unidos, levaram o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, a deixar críticas indirectas ao Executivo português.

Estas críticas foram feitas na semana passada, no âmbito de uma visita a Nova Iorque e a Washington de António Guterres, de que se destacam os encontros com o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, com o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton e com Madelaine Albright, secretária-geral do Partido Democrático.

Guterres afirma que uma intervenção militar dos Estados Unidos contra o Iraque sem o aval das Nações Unidas viola, necessariamente, os princípios pelos quais se rege o Direito Internacional. "Trata-se - afirma - de uma posição contrária ao Direito Internacional e à necessidade de valorizar as instituições multilaterais, nomeadamente as Nações Unidas".

António Guterres deixou ainda uma indirecta em relação à desunião europeia e à perda de influência que pode atingir o nosso país em virtude das posições que tem assumido nos últimos tempos, designadamente ao subscrever a chamada "Carta dos Oito", de apoio às intenções belicistas dos Estados Unidos.

"Os interesses portugueses têm de estar de acordo com determinadas questões e valores fundamentais", afirma, acrescentado que "Portugal tem de desempenhar um papel activo e actuante na construção de uma unidade europeia". Guterres considera que, se isso não acontecer, o nosso país "só está a perder influência".

Entretanto, o presidente da Internacional Socialista enviou uma carta aos partidos da organização para que façam todos os esforços diplomáticos ao seu alcance para tentar evitar que os Estados Unidos ataquem unilateralmente o Iraque.

Guterres lembra o teor da resolução aprovada em Janeiro no último Conselho da IS, em Roma, onde se rejeita "uma ordem internacional assente nos poderes arbitrários dos mais fortes" e se defende o desarmamento do regime de Saddam Hussein, mas no quadro das resoluções das Nações Unidas.

## MÁRIO SOARES

### GOVERNO VIOLA LEGALIDADE INTERNA E EXTERNA

"A Constituição da República diz que o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas são direito interno português", afirmou o eurodeputado Mário Soares, querendo com isso sublinhar a atitude ilegítima do Governo português ao apoiar uma intervenção militar dos Estados Unidos à margem do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Considerou que esse facto "é grave" e põe em causa a matriz da nossa política externa, assente na paz e na luta contra a guerra, marcando por isso uma viragem onde antes sempre houve o consenso dos dois principais partidos nas últimas três décadas.

Sobre a cimeira dos Açores, Mário Soares considera que ela "deu má visibilidade a Portugal", na medida em que foi utilizada para preparar uma guerra "por quem não tinha maioria formal nem moral do Conselho de Segurança das Nações Unidas".

"Como foi possível que os Estados Unidos, que no 11 de Setembro tinham a solidariedade unânime da comunidade internacional, a conseguiram alienar pelos erros e arrogância da Administração Bush", interroga-se.



PARECER DE HELENA TORRES MARQUES

## UNIÃO REFORÇA CONTROLO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu aprovou um parecer da eurodeputada socialista Helena Torres Marques para que os Estados-membros da União Europeia reforcem a cooperação aduaneira, de forma a prevenir o branqueamento de capitais.

Para a eurodeputada, não se trata apenas de controlar os movimentos de dinheiro líquido, mas também de alterar o próprio conceito de dinheiro, que deve ser alargado a outros valores, como, por exemplo, cartões de crédito, jóias e metais preciosos, os quais, para saírem do território da União, deverão ser declarados desde que o seu valor seja superior a 15 mil euros.

Em relação ao alargamento da definição do conceito de dinheiro à moeda electrónica, a sua posição justifica-se pelo facto de vir a



tornar-se num futuro próximo "um meio de pagamento e de transferência de fundos cada vez mais importante", apesar de não ser ainda largamente utilizada.

Só no primeiro semestre de 1999, os serviços aduaneiros da União Europeia registaram um

montante de cerca de 1,6 mil milhões de euros relativamente aos movimentos de dinheiro líquido, sendo para isso necessário "um controlo efectivo desses fluxos", como afirma a eurodeputada.

Nos termos do seu parecer, "é sabido que os movimentos transfronteiros de dinheiro líquido servem geralmente ao branqueamento de capitais ou ao financiamento de operações terroristas e que envolvem importâncias consideráveis".

De referir que as normas relativas ao branqueamento de capitais aplicáveis às instituições financeiras foram reforçadas consideravelmente na sequência dos acontecimentos do 11 de Setembro.

Entre os motivos da polémica desta proposta está o facto de haver países que são contra a adopção de um regulamento sobre esta

matéria, que teria assim força vinculativa na ordem jurídica interna, preferindo a directiva, mais flexível na sua aplicação.

### Fundos para igualdade de oportunidades

Entretanto, no plenário de Estrasburgo, Helena Torres Marques considerou fundamental que os Fundos Estruturais sirvam também para o reforço da promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Para a eurodeputada, não se trata apenas de integrar devidamente esta dimensão na elaboração dos projectos financiados pelos Fundos Estruturais, mas também de levar a que as administrações nacionais dos Quinze (e também dos futuros membros) integrem esse conceito.

## PE APROVA RESOLUÇÃO QUE PENALIZA DESLOCALIZAÇÕES

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que apela à penalização das multinacionais que se instalem num determinado país da União, beneficiando para isso de subsídios comunitários e nacionais, e depois o abandonem para irem para países onde possam obter mais lucros, designadamente através de mão-de-obra barata e menores custos de produção.

Manuel dos Santos, Carlos Lage e Joaquim Vairinhos foram os três socialistas portugueses que na última sessão plenária de

Estrasburgo se insurgiram, de diferentes formas, contra o comportamento inaceitável de algumas multinacionais em Portugal.

Manuel dos Santos, afirmou no plenário que "o movimento de deslocalização que se está a verificar na Europa e a generalizar no seio de economias menos desenvolvidas como a portuguesa é verdadeiramente inaceitável", acrescentando que "algumas multinacionais em Portugal têm um comportamento ilícito e imoral".

Na resolução aprovada pelo Parlamento

Europeu, pede-se também à Comissão Europeia que melhore a legislação existente e torne mais claro o controlo dos apoios ao investimento estrangeiro.

Por sua vez, Carlos Lage alertou para as acções de empresas verdadeiramente predadoras, cuja única especialidade consiste em caçar subsídios europeus e nacionais, tirando depois proveito da sua extinção a curto prazo.

Já o eurodeputado Joaquim Vairinhos, numa declaração de voto, defendeu a necessidade de um forte compromisso do Parlamento

Europeu a favor do emprego e da política social na União, lembrando a situação de desemprego provocada pela deslocalização de empresas.

A assistir ao debate estiveram também, a convite do grupo parlamentar socialista português no Parlamento Europeu, diversos responsáveis socialistas da região centro, como o deputado Miguel Medeiros e os presidentes de Câmara de Figueiró dos Vinhos e de Castanheira de Pera, respectivamente, Fernando Manata, e Pedro Barjona.

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## INTERVENÇÕES SOBRE FUTURO DA EUROPA EDITADAS EM LIVRO

"Portugal e o futuro da Europa", é o tema de um longo ciclo de debates que decorre desde meados do ano passado, sob o alto patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio, e que na semana passada trouxe a Lisboa o ex-primeiro ministro belga Jean-Luc Dehane, membro da Convenção sobre o Futuro da Europa.

Dos muitos intervenientes que se têm debruçado sobre o futuro da Europa, foi publicado um livro com algumas das intervenções de personalidades com méritos reconhecidos nas questões europeias. Jorge Sampaio incluí igualmente um texto com o título "O modelo político para a Europa do século XXI". No livro podem ler-se textos de António Vitorino, sobre a cidadania europeia, de Bronislaw Geremek, sobre os fundamentos da democracia europeia, de Dusan Sidjanski, "A caminho de um federalismo inédito", e ainda de Inigo Mendez de Vigo, Larry Siedentop, entre outros.

Para o Presidente da República, uma das principais motivações que levou à realização deste ciclo de conferências tem a ver com a necessidade de criar "quadros de referência colectivos, por forma a que os cidadãos se habituem a pensar à escala europeia e incorporem os temas europeus nas categorias habituais do debate político".

Para Jorge Sampaio, estes "quadros de referência colectivos" apenas se conseguem com um debate alargado como o que se realizou. "Sem um debate alargado sobre o futuro da Europa a todos os níveis e escalões da sociedade - afirma -, será difícil fazer da próxima Conferência intergovernamental um grande marco na história europeia, só comparável ao Tratado de Roma. Ora, nós queremos que 2004 assinala a segunda fundação da Europa".

### PAULO CASACA DEFENDE

## LUTA CONTRA A FRAUDE DEVE SER MAIS TRANSPARENTE

O Organismo Europeu de Luta Contra a Fraude (OLAF) deve agir com mais abertura e transparência e abandonar algum do secretismo que tem estado presente na sua actuação, defendeu, no plenário de Estrasburgo, o eurodeputado Paulo Casaca, que interveio no debate sobre a protecção dos interesses financeiros da União.

O eurodeputado considerou que o profundo secretismo em torno da actuação do OLAF normalmente só é quebrado nas páginas dos jornais, mas nessa altura já como uma forma de "acusar - sem notificação nem direitos de defesa - pessoas ou entidades às quais não é concedida qualquer presunção de inocência".

Paulo Casaca afirma que, dessa forma, estamos perante uma "total perversão da justiça", contra a qual o Parlamento Europeu deve lutar, exigindo que sejam sempre divulgadas a quem de direito todas as informações relevantes que o OLAF possa ter em seu poder".

Neste contexto, defende que "as acções do OLAF só devem permanecer em segredo se tal for indispensável para a defesa do bom nome e da reputação de um arguido ou para o sucesso das investigações".



## FUNÇÃO PÚBLICA

# AUMENTOS SALARIAIS INSUFICIENTES VÃO GERAR NOVOS PROTESTOS

A União Geral de Trabalhadores e a corrente sindical socialista da CGTP-in estão contra os aumentos previstos pelo Governo de direita para os salários dos funcionários públicos. A posição foi assumida pelo secretário-geral da central sindical, que, em declarações ao "Acção Socialista", classificou as referidas actualizações como "claramente insuficientes", criando condições para que haja novos protestos dos trabalhadores.

Por seu turno, Carlos Trindade acusou o Governo de fazer simulacros de negociações com os sindicatos para impôr políticas que retiram poder de compra aos funcionários do Estado.



João Proença escusou-se a falar em acções a desencadear pela UGT, pois, lembrou, as formas de luta "são organizadas e desencadeadas pelos sindicatos que, como se sabe, já se manifestaram insatisfeitos em Novembro do ano passado",

Mas, advertiu que "estão criadas as condições para que haja novos protestos", referindo-se a uma "actualização salarial abaixo dos níveis de inflação", uma "revisão de pensões injusta", uma "mobilidade forçada de trabalhadores", e uma vaga de despedimentos.

Portanto, disse, "o Governo está a levar a cabo uma política do quero, posso e mando", dando razões para que os sindicatos actuem e, nesse caso, "terão todo o apoio da central".

Quanto ao congelamento dos salários, Proença reconheceu que Portugal enfrenta "claras dificuldades orçamentais" fruto da actual conjuntura económica, sendo por isso "compreensível que se procure implementar uma política de contenção de despesas".

Todavia, ressaltou o secretário-geral da UGT, "num contexto como o que se vive, o Governo devia procurar sentar-se à mesa de negociações com os sindicatos e estabelecer acordos plurianuais de concertação".

"Em vez disso, tem-se dedicado a tomar medidas avulsas e injustas que, longe de resolver os problemas do País, só contribuíram para transformar uma crise financeira numa crise económica que já está a evidenciar as suas consequências negativas", criticou.

Por seu turno, o líder da corrente sindical socialista da CGTP-in, garantiu ao "Acção Socialista" que a notícia divulgada pelo DN não passa de "uma falsa fuga de informação" com origem no gabinete da ministra das Finanças, e

que visava "criar um ambiente de receptividade na opinião pública face à política do Executivo para com os trabalhadores da Administração Pública".

Segundo Carlos Trindade, esta informação enferma de três aspectos criticáveis. Em primeiro lugar, "há um problema formal", que reside no facto de "os novos índices salariais da Função Pública serem inconstitucionais porque eles só podem emanar de uma lei da República e não de qualquer iniciativa do Governo ou da ministra Ferreira Leite".

Depois de apontar como segundo calcanhar de Aquiles da política salarial do Governo a insuficiente actualização de ordenados, que fica aquém dos níveis de inflação previstos, Trindade considerou que todo este processo traduz-se numa "regressão no nível de vida dos portugueses e das portuguesas que trabalham para o Estado".

"O próprio aumento do subsídio de alimentação em nove cêntimos diários só não é ridículo porque é dramático", frisou.

Por último, Carlos Trindade acusou o Executivo de Durão Barroso de "fazer simulacros de negociações com os sindicatos, para depois apenas impor a sua posição".

## Redução real do poder de compra

A concluir, o líder da corrente sindical socialista da CGTP-in sublinhou que "durante as governações do PS os trabalhadores da Administração Pública viram, mesmo que

gradualmente, uma melhoria no seu nível de vida, e as organizações sindicais tiveram oportunidade sentar-se à mesa de negociações". Recorde-se que toda a polémica surge no dia em que alguns sindicatos se reuniam para analisar a presente situação laboral do País, e simultaneamente o Governo divulgou as "novas" tabelas de actualizações de escalões dos funcionários públicos.

Coincidência ou não, o certo é que há quem aponte para o "temor" do Executivo face à capacidade combativa e organizativa das estruturas sindicais e ao crescente descontentamento dos trabalhadores.

As tabelas não são, de facto, "novas" para os funcionários da Administração, porque se limitam a reeditar a decisão unilateralmente imposta pelo Governo aos sindicatos na última reunião de 29 de Janeiro.

As tabelas divulgadas, quinta-feira, através do "Diário de Notícias" - e que apontam para actualizações de cerca de 1,5 por cento para os índices a que correspondem salários até 1008 euros - não traduzem qualquer aumento salarial.

Os valores estabelecidos significam uma redução real do poder de compra dos salários dos trabalhadores, muito abaixo da inflação prevista e mais do ultrapassados pelo aumento do custo de vida.

Segundo o DN, o Governo decidiu, sem o acordo dos sindicatos, reformular os escalões da Função Pública cuja remuneração não seja superior a 1008 euros, aplicando-lhes um

aumento de cerca de 1,5 por cento.

Recorde-se, no entanto, que a ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, limita os aumentos a três por cento da massa salarial do sector e mantém as subidas de escalão e de categoria inalteradas.

Com uma inflação média prevista para 2003 de 2,5 por cento, o Executivo vai conceder, retroactivamente a Janeiro, aumentos de 1,5 por cento para todos os trabalhadores com salários até aos 1008 euros.

A reestruturação dos escalões que determinam a remuneração dos funcionários do Estado consta, segundo o jornal, de um projecto de execução orçamental a ser aprovado pelo Governo nos próximos dias e que consagra subidas de entre dois a quatro pontos nos índices remuneratórios.

Este projecto congela, no entanto, os salários para todos os restantes funcionários, tal como anunciado no princípio do ano por Manuela Ferreira Leite.

Na tabela recentemente divulgada, o escalão mais baixo do regime geral, a que correspondia um salário de 369 euros (índice 119), passa para o índice 121, que equivale a 375 euros, sendo que neste "degrau" o aumento salarial a vigorar este ano, com retroactivos a Janeiro, é de 1,68 por cento.

No pólo oposto, o índice 325 corresponde a uma remuneração de 1008 euros e sobe para o índice 330, ou seja para os 1024 euros, com uma actualização salarial na ordem dos 1,5 por cento.

MARY RODRIGUES



**LUÍS MIGUEL MIRANDA**

# OBRA SOCIALISTA EM LISBOA DISPENSA MEDIATISMOS

**O PS deve ser a voz de todos aqueles que se opõem ao envolvimento de Portugal num conflito armado injusto, ilegítimo e criminoso. Esta a opinião do Luís Miguel que, aos 22 anos, está preocupado com o futuro da cidade de Lisboa, entregue a uma gestão mediatizada, e com os destinos do País, no actual contexto de crise mundial.**

**Estudante de Arquitectura, este jovem militante encara com pessimismo a sua entrada no mercado de trabalho, dado o brutal aumento do desemprego, mercê das erradas políticas de direita.**

"Ter o privilégio de participar numa luta por ideais", rodeado de pessoas às quais chama recorrentemente "amigos" e "família" é a forma como Luís Miguel Miranda, um estudante de Arquitectura de 22 anos, encara a sua recente militância na Juventude e no Partido Socialista.

A influência de algumas amígdalas e a expectativa de dar um "pequeno contributo" que, num cenário mais global, altere um pouco o estado de coisas em Portugal, foi a motivação que levou o jovem militante a inscrever-se na "jota" do PS e a participar nas actividades da Secção do Limoeiro, dirigida por Miguel Coelho, por quem manifesta admiração e estima.

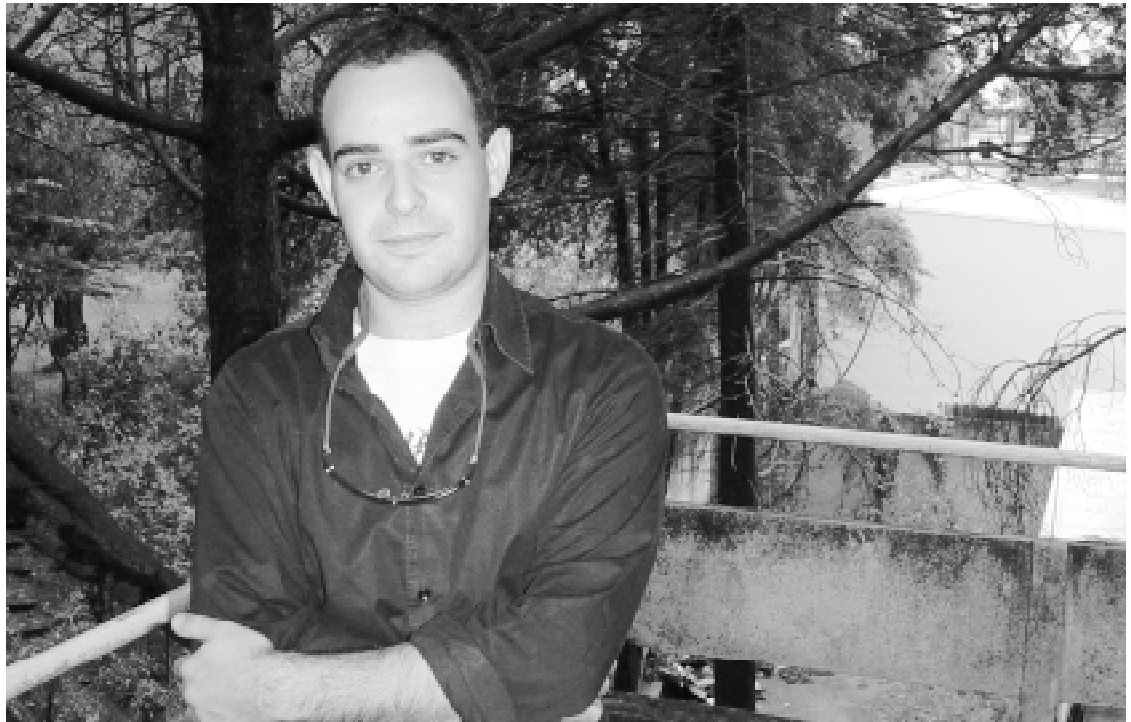
O entusiasmo e o interesse que lhe proporcionaram este contacto com a militância partidária enquanto esforço de grupo despertaram no Luís Miguel uma consciência política que tinha, como confessa, desenvolvido pouco ao longo dos primeiros anos de juventude.

Inserido de pleno no "espírito socialista", o jovem camarada acusa agora uma visão mais crítica da vida e dos problemas do País, apesar das suas actividades político-partidárias estarem condicionadas pelo tempo que reserva aos estudos.

"Sempre que posso vou às reuniões da secção", garante, frisando que o importante de todo o processo de adesão foi o seu "despertar para o socialismo".

Nas conversas de café e nos debates no Limoeiro, o Luís Miguel partilha as suas crescentes preocupações com a cidade onde reside.

"A gestão autárquica actual de Pedro Santana Lopes dá demasiado relevo a questões pouco essenciais como a instalação de um casino no coração da



cidade ou a construção dos túneis das Amoreiras", quando, "na verdade, os problemas da capital continuam por resolver e, o que é pior, não se avistam medidas concretas a curto prazo", considera o militante, para quem a política camarária laranja se tem pautado por uma opção mediática, em vez de tratar a descaracterização da urbe alfacinha, cada vez mais evidente.

Defendendo uma acção mais rigorosa por

parte da Câmara Municipal, o Luís reconhece que o urbanismo não é uma questão de fácil administração e que as dificuldades são muitas e de solução morosa, mas, sustenta, "é preciso agir porque é a cara de Lisboa que está em causa".

Assumindo o descontentamento com a gestão camarária do PSD, o jovem socialista lembra que mesmo com a coligação com o PCP, o camarada João Soares deixou um legado.

"Basta passear pela Baixa e contemplar todo o trabalho realizado pelos executivos do PS", reitera, acrescentando que "perante a obra feita, os mediatismos são desnecessários".

Como jovem, o Miguel sente-se atingido pelas políticas agressivas do Governo de direita. Lembra como exemplos o fim do crédito bonificado jovem à aquisição de casa própria, as desastrosas políticas de educação primária, básica, secundária e superior e a exclusão dos mais novos das ajudas sociais em caso de carências económicas (Rendimento Social de Inserção).

"Acho que este Durão Barroso e os seus ministros pecam por se isolarem demasiado e não darem ouvidos à voz dos portugueses", critica, num comentário em que termina por manifestar decepção com "o golpe baixo das falsas promessas".

"Como socialista, mas sobretudo como

cidadão, sinto-me defraudado com a forma como se tem governado Portugal", garante, não escondendo os "receios" que, na sua qualidade de estudante da licenciatura em Arquitectura, lhe desperta "o brutal aumento do desemprego e a degradação da qualidade de vida das pessoas".

Relativamente às questões sociais, o Luís Miguel Miranda não está mais optimista, fazendo um balanço "muito negativo" de um ano de direita no poder.

Para o PS as palavras são de reconhecimento. "As críticas têm sido direccionadas de forma acertada, alternativas têm sido apresentadas, mas o papel que tem desempenhado na oposição tem sido ingrato pelos simples facto de se defrontar com um Executivo que ignora todos os esforços socialistas e os faz esbarrar na maioria parlamentar de coligação".

A surdez do Governo ganha proporções que incomodam o novel camarada, sobretudo no plano internacional.

"Ter alinhado com os Estados Unidos nesta vontade injusta de partir para a guerra contra o Iraque sem a necessária autorização das Nações Unidas é uma irresponsabilidade deste Governo que é, no mínimo, imperdoável", afirma, apelando ao humanismo e ao bom senso dos "senhores do mundo" e seus "vassalhos".

MARY RODRIGUES

## PERFIL

Nome  
**Luís Miguel Nunes Miranda**

Idade  
**22 anos**

Ocupação  
**Estudante de Arquitectura**

Hobbies  
**Ouvir música e viajar**

Militância  
**Inscrição no PS a 12 de Abril de 2002**

Referências socialistas  
**Jamila Madeira e José Sócrates**

# RAZÕES PARA DIZER NÃO À GUERRA



**GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

Há poucas semanas, o filósofo norte-americano Michael Walzer interrogava-se, num importante artigo publicado na imprensa internacional, na sequência das reflexões que tem feito na revista "Dissent", sobre "a maneira justa de dizer não à guerra". E afirmava que há duas maneiras de nos opormos a essa guerra: uma, simples e má, outra boa mas muito difícil (cf. *Le Monde*, 30.1.03). De um lado, há quem negue o carácter ignóbil do regime iraquiano e há quem aceite a ignominia, adoptando, em qualquer dos casos, uma atitude complacente, que poderá ser tão perigosa como desencadear uma guerra irresponsável e sem horizonte; de outro lado, parte-se da consideração do grave perigo que o regime de Saddam constitui, afirmando a eficácia do sistema de controlo e de verificação da ameaça, e determinando a necessidade de o melhorar. Se a atitude complacente poderia abrir caminho à insegurança

e à instabilidade, até porque um sistema convencional de dissuasão levaria a criar no Médio Oriente uma barril de pólvora, com Israel a querer obter um tratamento semelhante ao do Iraque, o certo é que uma atitude severa e justa da comunidade internacional poderia conduzir à criação de um sistema de controlo, capaz de impedir um perigoso confronto civilizacional no próximo e no Médio Oriente, com efeitos nefastos imprevisíveis.

A comunidade internacional deve, assim, reconhecer claramente o carácter totalitário e desumano do regime iraquiano e os seus perigos reais e potenciais. Para limitar os perigos, é indispensável tomar medidas coercivas que evitem a guerra. Tal política exige a mobilização de meios e o cumprimento escrupuloso do que está em curso. O embargo deve ser mantido, com uma maior preocupação em limitar os efeitos para a população civil. Os fornecimentos militares e dos meios para desenvolvimento de armas de destruição deverão constituir o objecto fundamental do embargo. As zonas de exclusão aérea deverão ser eficazmente garantidas. Tal obriga a voos permanentes e dispendiosos de forças americanas ou internacionais no controlo de metade do espaço aéreo. Trata-se, aliás, da única maneira de limitar drasticamente o espaço de manobra das tropas de Saddam Hussein, que assim terão menos possibilidades de atacar ou destruir curdos e chiitas - o que a acontecer legitimaria uma intervenção humanitária. As inspecções das Nações Unidas deverão, por outro lado, prosseguir, com carácter permanente e redobrada

**Falta o inimigo? Onde vamos encontrá-lo? Onde estão as razões verdadeiras e os pretextos falsos? O terrorismo internacional como se combate? Não estará a política norte-americana do momento a desempenhar o papel do aprendiz de feiticeiro? Não irá a guerra abrir uma caixa de Pandora geradora do caos?**

eficácia. A presença dos inspectores (ou de uma força de apoio de capacetes azuis) constituirá um modo de controlo e um caminho para o desarmamento *de facto* do Iraque.

Não basta dizer que se é contra a guerra. É fundamental criar um sistema internacional forte, organizado, que vença a agressão, que pare com os massacres e a purificação étnica, que controle as armas de destruição massiva e que garanta a segurança física às populações civis. Não se trata, pois, de um sistema feito a pensar em Saddam, mas criado para o momento presente e para o mundo contemporâneo, a fim de que tenhamos uma ordem internacional equilibrada e justa, baseada no primado da lei e do Direito. "Mas um dispositivo internacional - acrescenta M. Walzer - deve ser obra de vários Estados diferentes, e não de um só. É preciso que múltiplos actores, e não um só, estejam prontos a assumir responsabilidades para o sucesso desse instrumento". Mas não deixa de fazer uma auto-crítica relativamente à esquerda, a cuja família ele pertence. A verdade é que o regime de inspecções das Nações Unidas está a funcionar graças à pressão norte-americana. Caso contrário, a posição iraquiana estaria fora da pressão internacional. Afinal, as ameaças americanas são a principal razão que permitiu a existência de um poderoso dispositivo, que constitui o principal argumento de agora contra o desencadear da guerra. Mas como retirar lição dessa história recente? Será, no fundo, importante que essa ameaça não seja apenas americana, que possa vir de quem tem relações próximas com o Iraque, como a França ou a Rússia. Desse modo, Walzer apela ao melhor sentimento internacionalista da tradição social-democrática. O diálogo euro-atlântico deve contrariar os instintos *unilateralistas* da Administração de G. W. Bush e conduzir a uma maior e mais efectiva cooperação entre os Estados Unidos e a União Europeia, designadamente quanto ao Tribunal Penal Internacional ou às decisões de Quioto em matéria ambiental.

Impõe-se que a cena internacional seja animada por vários actores, que possam intervir de modo independente e estabilizador e que possam ter voz activa e influência positiva, no sentido da justiça, da paz e do desenvolvimento. Trata-se de um forte apelo à consciência europeia, no sentido de se criarem instituições e instrumentos eficazes, que permitam construir as bases de um novo modo de organizar as relações internacionais - a começar pelas Nações Unidas, mas a continuar no reforço de organizações supranacionais de âmbito regional, como a União Europeia.

Falta o inimigo? Onde vamos encontrá-lo? Onde estão as razões verdadeiras e os pretextos falsos? O terrorismo internacional como se combate? Não estará a política norte-americana do momento a desempenhar o papel do aprendiz de feiticeiro? Não irá a guerra abrir uma caixa de Pandora geradora do caos? Afinal, a "responsabilidade multilateral" e um diálogo adulto e maduro entre os Estados Unidos e a União Europeia exigem propostas concretas e um esforço sério que abra caminho às Nações Unidas prestigiadas e actuaentes. Eduardo Lourenço pôs o dedo na ferida, quando disse que o espectáculo de divisão que o *texto dos oito* evidenciou foi uma certidão de óbito a uma Europa que passou e que agora é chamada a ressurgir - numa Convenção que ainda se tornou mais importante e decisiva...

## A REDUÇÃO SALARIAL NA FUNÇÃO PÚBLICA



**JOEL HASSE FERREIRA**

Administração Pública. Determinou o desemprego de numerosos trabalhadores da Função Pública essencialmente jovens e geralmente qualificados, os quais não tinham vínculo, mas colaboravam em projectos inovadores, asseguravam o funcionamento de alguns serviços essenciais e contribuíam para a renovação dos métodos de trabalho da Administração Central e Local. Esta actuação desgarrada do Governo em nada contribuiu para uma redução global dos custos das remunerações da função pública.

2. Foi Cavaco Silva que, com a adopção do chamado Novo Sistema Retributivo, aumentou drasticamente os custos das remunerações na Administração Pública, tendo criado simultaneamente fortes distorções entre categorias e carreiras. Obviamente que, mais do que reestruturar os serviços públicos, pretendia abrir espaço para que personalidades "laranjas" ou afectas ocupassem, em condições remuneratórias condignas, lugares de topo na função pública. A maioria parlamentar socialista e o Governo desenvolveram, durante

**O aumento proposto em termos nominais corresponde, tendo em conta a inflação, a uma real diminuição do poder de compra dos trabalhadores, durante o ano de 2003.**

seis anos, diversos esforços para corrigir distorções e procuraram globalmente garantir que os trabalhadores da Função Pública não perdessem ao longo dos anos, antes ganhassem, poder de compra

3. A reestruturação e a modernização da Administração Pública são indispensáveis para que melhore a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas. O estado de boa parte da Administração Pública é um bloqueio ao desenvolvimento económico.

No domínio do atendimento aos cidadãos e da modernização dos serviços houve importantes melhorias durante a governação socialista. Alguns outros projectos em curso foram bloqueados pela demissão do Governo de Guterres e pela emergência do actual Governo.

4. Na anterior legislatura, foi elaborado um excelente anteprojecto por uma comissão liderada pelo prof. Vital Moreira relativa ao enquadramento dos Institutos Públicos. Esse anteprojecto deu origem a um projecto de lei apresentado pelo então ministro Alberto Martins na Assembleia da República, o qual ainda foi debatido em plenário. A dissolução da Assembleia da República acabou por impedir a sua aprovação e entrada em vigor.

Neste domínio, o que nos tem oferecido o actual Governo? Para além de muita retórica, procederam (a partir do Orçamento Rectificativo de 2002) à fusão atabalhoada de alguns institutos e à extinção de outros. Congelaram a admissão de trabalhadores na Administração Pública, em vez de adoptarem uma regra de renovação como a estabelecida pelo Governo do PS, o que permitiria a moderada e gradual redução de custos, sem perda de poder de compra por parte dos funcionários.

5. Há uma óptica global dominante na estratégia remuneratória do Governo, não só face aos funcionários públicos como face aos trabalhadores em geral. Há uma pressão brutal no sentido da diminuição da procura interna, o que prejudica o desenvolvimento económico, diminui as encomendas a muitas empresas, contribuindo para a redução do Produto Interno Bruto e para o aumento do desemprego.

O que se impõe, mas com este Governo se afigura difícil, é retomar a linha de modernização e reestruturação da Administração Pública, colocando-a cada vez mais ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento económico, garantindo o poder de compra e as boas condições de trabalho de todos os funcionários, da base ao topo, melhorando os critérios de avaliação dos trabalhadores e auditando serviços na óptica do custo-benefício.

**Agora é a aventura da guerra em que fomos envolvidos desajeitadamente pelo primeiro-ministro que ocupa o centro da preocupação das pessoas. Entretanto, o País afunda-se, a economia degrada-se, a coesão social dissolve-se...**

O prof. João César das Neves, que foi colaborador do ex-primeiro-ministro Cavaco Silva, afirmou recentemente que o défice das contas públicas correspondeu, no ano transacto, a cerca de 3,6 por cento do PIB.

Não se trata propriamente de uma novidade... Diversas vezes tenho afirmado que a operação do défice orçamental constituiu uma das maiores mentiras da vida pública portuguesa e, por outro lado, a Comissão Europeia, embora "suspirando" para que não a incomodem, tem trabalhado sempre com valores de 3,4 por cento no que a Portugal diz respeito.

Este valor corresponde, de resto, à noção de défice subjacente (défice sem receitas extraordinárias, ou seja receitas não repetíveis) o que também é estranho pois aquelas receitas corresponderam no ano transacto a mais de 1,5 por cento do valor do PIB o que significa que o tal défice subjacente deveria ser fixado, pela Comissão, em cerca de 4,2 por cento.

Está pois claro que o desvio das contas públicas no ano de 2002 violou, uma vez mais, o valor de 3 por cento o que, a ser assumido, colocaria de novo Portugal na situação de incumprimento do equilíbrio orçamental.

O sucesso da operação mediática mantida para dar uma imagem diferente só foi possível com a cobertura da Comissão e ficou a dever-se à convergência dos interesses de Portugal (por razões de política interna) e da própria Comissão que utilizou este "êxito" como pressão e exemplo indirecto para as grandes prevaricadores - a França e a Alemanha.

Não estando ainda encerrada a saga do défice - o debate desenvolve-se agora à volta de uma ou duas décimas, para salvar a "honra" do Eurostat - o Governo já se envolve numa nova polémica, desta vez, acerca da noção de recessão técnica.

Tem sido consensual, sem que dessa análise se possa retirar quer uma boa informação, quer soluções credíveis para o problema, que se verifica uma recessão técnica quando, numa determinada economia, ocorre uma diminuição do PIB durante dois trimestres consecutivos.

A medida de evolução do PIB faz-se por comparação com o valor verificado no mesmo trimestre do ano anterior, ou seja o que conta, para este efeito, é a variação homóloga.

Isto é assim, pois através da análise das variações homólogas que se "constrói" e projecta ao longo do ano o valor final para o conjunto do exercício.

Pelos dados que o INE acaba de divulgar a situação é irrefutável: Portugal está mesmo em situação de recessão técnica. Em variação sucessiva verifica-se uma diminuição do produto quer no 3º quer no 4º trimestre de 2002 e em variação homóloga (apesar da correcção de última hora efectuada ao 3º trimestre de 2002) também se observa a mesma tendência.

As manobras de ocultação da crise económica, recentemente ensaiadas pelo Governo, só se compreendem e justificam, portanto, por razões de mera propaganda interna e não são mais que o prolongamento da estratégia de confusão seguida, com algum êxito, na operação de maquilhagem do défice.

Este Governo faz cada vez menos política e especializa-se cada vez mais na propaganda.

**Monteiro diz que a «Nova Democracia» estará algures entre o PSD e o CDS e que representará uma «direita moderna». Ora, se há coisa que a direita portuguesa nunca foi é «moderna» e «liberal».**

No meio de uma recessão económica e de uma crise internacional, o Dr. Manuel Monteiro andou, no último fim-de-semana, pelas ruas de Lisboa a recolher assinaturas para a constituição de um novo partido. A ideia é apresentar já uma lista candidata às eleições europeias do próximo ano. Salvo raras excepções, a esmagadora maioria dos analistas e políticos que se pronunciaram sobre o assunto prevê que a «Nova Democracia» morra à nascença. Mas talvez as notícias acerca do fracasso deste novo partido sejam precipitadas.

Recentemente, a Imprensa de Ciências Sociais editou um livrinho com os dados de um inquérito pós-eleitoral aplicado à opinião pública portuguesa nas duas semanas seguintes às últimas legislativas - onde, curiosamente, o PS aparecia já à frente do PSD (mais duas semanas de campanha e ganhávamos...). Os resultados não contrastam muito com aquilo que já se sabia, mas confirmam algumas tendências interessantes (e preocupantes).

Não se pode falar exageradamente em «crise do regime democrático». Apesar de tudo, os portugueses acham que os partidos são necessários e diferentes quando estão no Governo. Consideram também que a democracia é o melhor sistema político. Ainda assim, cerca de metade dos portugueses não está muito satisfeita com o funcionamento da democracia, não se sente próxima de nenhum partido e pensa que os partidos não se interessam pelo que o cidadão comum pensa. Ou seja, para utilizar a linguagem da economia, há um desajustamento entre a oferta partidária e o mercado eleitoral. Se isto não significa que há espaço para o surgimento de um novo partido, então quando é que há?

O erro que Monteiro não está, pois, na ideia de formar um novo partido, mas sim na forma como o posicionou nas suas primeiras intervenções públicas. Monteiro diz que a «Nova Democracia» estará algures entre o PSD e o CDS e que representará uma «direita moderna». Ora, se há coisa que a direita portuguesa nunca foi é «moderna» e «liberal». Como muito bem disse ao "Expresso" o prof. Freitas do Amaral, a direita portuguesa «é salazarista» e aprecia o estadista Adolf Hitler. Ele sabe bem do que fala: ao seguir uma estratégia centrada, transformou o grupo parlamentar do CDS no «grupo do táxi». O próprio dr. Portas, nos tempos do «Independente», também defendia uma direita liberal, mas ao chegar ao Largo do Caldas logo tratou de arranjar uma Nossa Senhora de Fátima, convertendo-se rapidamente ao conservadorismo ultramontano. Foi às custas da «lavoura», das peixeiras e dos «ciganos do rendimento mínimo» que chegou a ministro de Estado. Não foi certamente por defender a iniciativa privada.

Com o populismo de Portas e Santana a dar lugar às poses de Estado, com a sua demagogia limitada pela prova da exigência governativa, há obviamente espaço para ser ocupado no espectro político. A extrema-direita teve, desde o 25 de Abril, algumas dificuldades de afirmação autónoma

**COMANDAR A AGENDA POLÍTICA É PRECISO**

Temos assim um défice orçamental oficial, em que ninguém acredita (mas todos fazem de conta que sim para evitarem males maiores) e uma situação de crise económica, traduzida numa recessão técnica, completamente validada pelas mais recentes informações da Autoridade Estatística Nacional.

Não seria, de resto, necessário que a informação estatística fosse produzida para que os portugueses concluíssem que vivem num período de grandes dificuldades.

A confiança dos agentes económicos atinge mínimos históricos sucessivamente mais baixos, o mercado de capitais estagnou e as pequenas poupanças nele aplicadas desvalorizam-se continuamente, os progressos com a balança comercial são insignificantes, a inflação mantém-se teimosamente no cume da Europa e, sobretudo, todos os dias se acrescentam mais umas centenas de portugueses ao imenso rol dos desempregados.

Este é, de resto, o grande problema da sociedade e da economia portuguesas para o qual o actual Governo não tem soluções, sendo certo que, independentemente das circunstâncias externas que também contam, é o Executivo o grande responsável pela crise económica e social que vivemos.

Quase um ano depois o primeiro-ministro tem finalmente razão: vivemos mesmo num país com uma "economia de tanga".

Estes problemas, apesar de influenciarem o dia-a-dia dos portugueses, estão a sair da agenda mediática do País, correndo-se o risco de serem menosprezados até ao momento em que se tornam irremediáveis. Inicialmente foram as questões ligadas à pedofilia, à corrupção nas corporações policiais, ao mau funcionamento da justiça, a ocupação partidária do aparelho administrativo e à herança negativa dos socialistas que desviaram as atenções gerais.

Agora é a aventura da guerra em que fomos envolvidos desajeitadamente pelo primeiro-ministro que ocupa o centro da preocupação das pessoas.

Entretanto, o País afunda-se, a economia degrada-se, a coesão social dissolve-se...

Colocar estes verdadeiros problemas na agenda política dos portugueses deve ser o objectivo prioritário do Partido Socialista.

Sem distrações e, sobretudo, sem ser a reboque de ninguém.



**MANUEL DOS SANTOS**

**«NOVA DEMOCRACIA»**

no sistema partidário. Os saneamentos, o peso da herança autoritária no imaginário dos portugueses, a falta de um líder mediático e televisivo - nada disto ajudou ao sucesso eleitoral da extrema-direita entre nós. Mas, à medida que a memória da ditadura se apaga, nada impede que um partido desse tipo apareça com alguma força. Assim, para que a coisa - a tal «Nova Democracia» de Monteiro - possa ter algum sucesso é infelizmente necessário não seja *nova* nem *democrática*.

Os dados do inquérito pós-eleitoral voltam aqui a ser úteis. Os temas fracturantes do Bloco de Esquerda podem ter imensa influência nos jornais e nas elites, mas não motivam mais do que 5 por cento dos portugueses. No essencial, os portugueses estão é preocupados com a sua segurança física e económica, com a saúde e as pensões e agora, também, com a imigração. Se Monteiro pegar com eficácia nestes temas, pode vir a mobilizar uma parte importante do eleitorado de Portas, alguma abstenção e até, como já aconteceu noutras democracias europeias, os bastiões da esquerda. As vítimas da União Europeia e da globalização não deixarão de ser rever num discurso proteccionista e populista. E verdade é que o Portugal, «país multicultural de brandos costumes», é outra forma de discurso da tanga. É, pois, uma ilusão pensarmos que este é um problema da direita. E que ontem Portas, amanhã Monteiro e depois outro qualquer, até são úteis para roubar votos ao PSD. O populismo é mau para democracia e pode afectar eleitoralmente a esquerda.

Segundo os mesmos dados, a maioria dos portugueses autoposiciona-se no centro do espectro político, havendo um maior peso no centro-esquerda. É também aí que colocam o PS e o secretário-geral, Ferro Rodrigues. É para as preocupações concretas dessa maioria eleitoral que, numa perspectiva de esquerda democrática, temos que nos continuar a dirigir: não há melhor antídoto contra o populismo. O caminho não é seguir causas minoritárias que excitam a militância, mas afastam os eleitores. Esse tem sido, e muito bem, o papel do Bloco de Esquerda. Só assim, sem hostilidades, mas também sem confusões, é que se conseguirá virar a maioria do país à esquerda.



**FILIPE NUNES**

# A SEMANA PREVISTA

Ferro Rodrigues participa hoje em Bruxelas na cimeira do Partido Socialista Europeu, cuja agenda tem como pontos principais a análise do processo de Lisboa para o emprego e a situação internacional, nomeadamente a crise do Iraque.

O presidente do Parlamento Europeu convocou para hoje uma sessão plenária extraordinária sobre o Iraque.

É discutida e votada a moção de censura apresentada pelo PS contra o Governo, bem como as dos restantes partidos de esquerda com assento parlamentar.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos, realizam-se no dia 26, em Lisboa, reuniões de trabalho sobre Administração Pública e Educação.

Ferro Rodrigues intervém no próximo sábado, em Lisboa, numa sessão patrocinada pelos "Leões de Portugal" sobre voluntariado social nos clubes desportivos.

A Secção Temática de Agricultura, Florestas e Alimentação promove hoje, na FAUL, uma mesa-redonda em que estarão em debate, entre outros, temas como a cadeia e a saúde alimentar, na perspectiva da defesa do consumidor e da saúde pública.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

**FINISTERRA**  
Revista de Reflexão e Crítica

**FINISTERRA**  
Revista de Reflexão e Crítica

Fundação José Fontana  
Instituição de Utilidade Pública

## ACCÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**FUNDAÇÃO ANTERO DE QUINTAL**  
Tel. 21 304 17 80  
faq@oninet.pt

**FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA**  
Tel. 21 301 38 08 / 21 301 39 09  
fjj@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES**  
Tel. 21 396 41 79 / 21 396 41 56  
osita@fmsoares.pt

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA**  
de Radiodifusão  
Tel. 21 301 69 99 / 21 301 54 53  
apr@ip.pt

**FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT**  
Tel. 21 357 33 75  
np42ye@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO GULBENKIAN**  
Tel. 21 782 30 00  
info@gulbenkian.pt

**FUNDAÇÃO ORIENTE**  
Tel. 21 358 52 00  
fundoriente@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt  
**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt  
**Paulo Pisco**

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/acao](http://www.ps.pt/acao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**